

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.**

---

ATA Nº 058

**PRESIDENTE - DEPUTADO MAURO SAVI**

**O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Senhoras e senhores, bom dia!**

Invocando a proteção de Deus e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública requerida pela Comissão Especial, com objetivo de analisar o Projeto de Emenda Constitucional nº 10/17, Mensagem nº 67/17, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Regime de Recuperação Fiscal-RRF e dá outras providências (PEC dos Gastos).

Convido para compor a mesa as seguintes autoridades: os Exm<sup>os</sup> Srs. Deputados Oscar Bezerra e Dilmar Dal Bosco; o Exm<sup>o</sup> Sr. Secretário de Estado de Fazenda, Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; o Exm<sup>o</sup> Sr. Secretário de Estado de Planejamento, Guilherme Frederico de Moura Müller; Dr. Márcio Frederico de Oliveira Dorilêo, Subdefensor-Geral, neste ato, representando o Dr. Sílvio Jeferson de Santana, Defensor-Geral do Estado de Mato Grosso; Professor Rodrigo Bruno Zanin, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UNEMAT, representando a Reitora, Ana Maria Di Renzo; Sr. Benedito Daltro, Presidente da Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso; Sr. Cledison Gonçalves da Silva, Coordenador do Fórum Sindical e Presidente do Sindicato dos Investigadores de Polícia Civil do Estado de Mato Grosso; Sr. Oscarlino Alves de Arruda Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde do Estado de Mato Grosso-SISMAT; Sr<sup>a</sup> Daiane Renner, Presidente do Sindicato dos Servidores do DETRAN; Dr. Clodoaldo Aparecido Gonçalves de Queiroz, Presidente do Sindicato dos Defensores Públicos do Estado de Mato Grosso; Sr. Francisco Aurélio Pereira Borges, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário, Pecuário e Florestal do Estado de Mato Grosso; Sr. Adolfo Grassi, Presidente do Sindicato dos Servidores do Desenvolvimento Econômico Social-SINDES; Sr. Henrique Lopes do Nascimento, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Estado de Mato Grosso; Sr. Antônio Wagner de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros-CSB, representando neste ato a Sr<sup>a</sup> Diany Dias. (PALMAS)

Composta a mesa.

Agradeço ao Deputado Dilmar Dal Bosco.

Convido a todos para que em posição de respeito cantemos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (EDSON PIRES) – Sr. Presidente,** registramos e agradecemos a honrosa presença das autoridades que gentilmente compareceram a esta Audiência Pública; Sr. Edmundo Cícero Leite, Presidente do Sindicato dos Profissionais da Área

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Meio do Estado de Mato Grosso; Sr. Jônathas Hosaka, Advogado dos Sindicatos dos Médicos do Estado de Mato Grosso; Sr. Domingos Sávio da Cunha Garcia, Presidente da Associação dos Docentes da UNEMAT; Sr. Charles Vitória, Presidente da Associação de Servidores do Ministério Público de Mato Grosso; Sr. João Paulo Carvalho Dias, Presidente da Associação Mato-grossense de Defensores Públicos; Sr. Rui Alberto Wolfart, Presidente da ONG Amavida, do município de Tangará da Serra; Professora Regina Lúcia Borges de Araújo, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação; Sr. João Sanches, Vice-Presidente da UDMAT.

Agradecemos a presença dos servidores da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, dos servidores do DETRAN/MT, dos servidores da saúde de Mato Grosso e da imprensa nesta solenidade. (PALMAS)

A palavra volta com o Presidente da mesa, Deputado Mauro Savi.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Convido o eminente Deputado Valdir Barranco para compor a mesa.

Antes de abrir a palavra aos palestrantes, comunico a todos, caso haja interesse de alguém interpelar algum palestrante, que o faça mediante inscrição.

Tentaremos levar esta Audiência Pública com o maior respeito possível, tanto da mesa como da plateia.

Pedimos àquele que for usar a palavra que se atenha a PEC em questão.

Não permitiremos nenhum desrespeito, nem discurso ideológico. Tem o momento para isso. Aqui estamos discutindo a PEC que veio do governo.

Aquele que achar engraçado poderá vir a frente dar risada que será muito bem vindo.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (EDSON PIRES) – Sr. Presidente, ainda em tempo queremos agradecer a presença de Vitória Vieira, Auditor do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Também queremos registrar que a *TV Assembleia* e a *Rádio Assembleia FM* estão transmitindo ao vivo para todo o Estado de Mato Grosso, via satélite, esta Audiência Pública.

A palavra volta para o Presidente da mesa.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Convido para fazer uso da palavra, o Sr. Guilherme Müller, Secretário de Estado de Planejamento, o senhor dispõe de 15min.

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER – Bom dia a todos!

Irei saudar a mesa em nome do Presidente Deputado Mauro Savi; e saudar os presentes em nome do Oscarlino, Presidente do Fórum.

Fui incumbido de fazer uma introdução para explicar um pouco a PEC que está tramitando na Assembleia Legislativa.

A PEC foi denominada de PEC dos Gastos, mas quem teve a oportunidade de ler a mensagem que encaminha a PEC e a própria PEC vai verificar que a PEC dos Gastos é a denominação dada ao artigo primeiro da PEC, que na verdade estabelece o novo regime fiscal para o Estado de Mato Grosso para os próximos dez anos. Quer dizer ela institui, tem a proposta de instituir um novo regime fiscal? E por que um novo regime fiscal? Porque o Estado neste momento e quando falo Estado justifica inclusive porque PEC...

Nós estamos limitando gastos não só para o Executivo, mas para todos os Poderes, todo o Estado de Mato Grosso em termos de organização da federação, implicando o Executivo e

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

todos os Poderes, inclusive, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, todos estão dentro dessa PEC, é por isso que teve que fazer uma PEC, porque se fosse só para poder limitar os gastos do Executivo, seria uma Lei Complementar, aliás, nem precisava de Lei Complementar, bastava aprovar a limitação do gasto na Lei Orçamentária, mas como envolve todos os Poderes, teve que se encaminhar uma PEC, que tem processo, inclusive, legislativo muito diferente de uma lei na Assembleia Legislativa. Inclusive, ela não vai ser aprovada pelo Governador, será promulgada pela Assembleia Legislativa.

Então, estamos num momento de uma alteração na Constituição, e por que foi feito isso? Antes de mostrar porque foi feito isso, como eu tenho só quinze minutos, eu não vou poder apresentar todas as informações, então vou, de certa forma, selecionar essas informações.

Pode passar.

Eu vou colocar para vocês só para nós nivelarmos a informação para aqueles que não tiveram oportunidade de participar deste debate que já está sendo feito na sociedade. Quero destacar esses pontos para todo mundo para facilitar a nossa discussão interna aqui.

Então, o primeiro ponto, de fato, o apelido dela, a denominação de PEC dos Gastos, é verdadeira, porque ela tem intenção de limitar os gastos primários, o chamados gastos correntes do Estado, que eu vou explicar com mais detalhes na segunda tela. Mas, na verdade, limita o gasto com pessoal e o custeio, essa é a chamada despesa primária corrente, de todo o Estado, limita gasto de pessoal e custeio de todo o Estado, do Executivo e dos Poderes, não é só do Executivo, é do Executivo e dos Poderes.

O limite dessas despesas primárias será equivalente ao orçamento do ano anterior, ou seja, as despesas previstas no ano anterior corrigidas pela inflação. Isso significa o seguinte: que o salário de todos os servidores de todos os Poderes está garantido para a correção da RGA. Ou seja, a RGA está garantida no sentido de que o que for gasto de pessoal no ano de 2017 será corrigido com inflação e se manter em 2018.

Além disso, todos os direitos dos servidores estão mantidos: quem tem progressão para cumprir, quem tem ganhado real para receber dentro de leis já aprovadas e em execução está garantido. Então, na verdade, o seguinte: em relação ao limite de gastos, limita-se o gasto de pessoal pela inflação do ano anterior. Ou seja, cumpre-se o que está estabelecido na lei complementar que garante a RGA. Quer dizer, de saída, garantiremos a todos os servidores do Estado que o salário está preservado pela inflação do ano anterior.

Segundo, essa lei tem como objetivo também atender uma lei do Governo Federal, que é a Lei nº 156, que foi um plano de auxílio que o Governo Federal fez para que pudéssemos alongar a dívida que os Estados brasileiros têm com a União. Nós já somos beneficiários dessa Lei nº 156. Só que, até 30 de novembro, nós temos que aderir a essa Lei nº 156. E a Lei nº 156, no seu artigo 4º, estabelece que nós temos que limitar o gasto das despesas primárias correntes em 2018 e 2019.

Essa é a obrigação, porque o benefício que o Governo Federal vai dar aos Estados de reduzir o pagamento das suas despesas com a dívida que ele tem com a União... A União entende o seguinte: “Tudo bem, vocês têm um benefício em 2018 e 2019...”, em 2017 nós já estamos tendo esse benefício. Então, essa despesa primária tem que ser controlada para quando deixarmos de ter o benefício de não pagamento da dívida, o Estado estar suficientemente organizado para continuar

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

pagando a dívida com a União. Ela te dá um desconto em 2017, 2018 e 2019, mas se você não controlar a sua execução dos outros gastos, você, quando perde o benefício, não consegue pagar.

Então, o objetivo é garantir a adesão. E isso gera uma redução no desembolso de 1 bilhão e 200 milhões. Se nós não aderirmos a essa Lei nº 156, vamos ter que pagar esses 1,2 bilhão em 2018/2019. Então, esse é um problema que nós estamos resolvendo dentro desse Regime de Recuperação Fiscal.

Existe, no art. 53 da Lei, uma possibilidade de alterar o método de correção desses limites estabelecidos no art. 1º da PEC, que é o art. 53, em que você pode mudar, a partir do terceiro ano, ou seja, em 2020, o método de correção das despesas primárias.

Quer dizer, em 2019, o Governador, por meio de ouvir o Conselho de Governança Fiscal, pode alterar a forma, o método de limitar esses gastos aqui. Então, você limita os gastos e há uma possibilidade de alterar o método de limitação do gasto em 2019 para vigorar em 2020 em diante.

Existe também a possibilidade, caso a arrecadação do ano de 2018, por exemplo, a arrecadação de 2018 for maior do que estiver previsto na Lei Orçamentária, ou seja, se a arrecadação de 2018 for maior do que a receita orçada na Lei Orçamentária de 2018, se isso ocorrer existe uma regra de como vai se distribuir esse recurso.

A distribuição é basicamente para quitar restos a pagar do ano anterior. O Estado, pelas estimativas da equipe econômica do Governo – Fazenda, Planejamento e Gestão –, provavelmente, passará para o ano de 2018 com um bilhão e meio de restos a pagar. Essa é a dificuldade que o Estado passa neste momento.

Então, a prioridade passa a ser pagar os restos a pagar dos anos anteriores. É prioridade também quitar um TAC, que é um termo de Ajustamento de Conduta, que o Estado fez com os Poderes, de dívidas que tem com Poderes de 2016; e, por último, por último não, aqui não há ordem, quer dizer, aqui serão destinados prioritariamente para pagar restos a pagar, quitar o TAC e fazer investimentos em áreas prioritárias: saúde, educação, segurança e atividade jurisdicional.

Então, você tem uma PEC que limita o gasto, estabelece o método de correção desse gasto. A partir de 2019, pode ser revisto esse método. E caso haja em 2018/2019 um excesso de arrecadação em relação à receita orçada, você usará esse excesso prioritariamente para restos a pagar, TAC, fazer investimentos na área prioritária de saúde e segurança, educação e nas atividades jurisdicionais.

Outros pontos de lei que reforçam essa PEC... Quando falamos de situação fiscal, nós estamos falando de despesa e estamos falando de receita. Então, a PEC prevê também uma série de providências do lado da receita. Primeiro, estabelece que em até dois anos, por meio de Lei Complementar, nós vamos criar um marco de eficiência pública, e o marco de eficiência pública é uma lei que, inclusive, já foi debatida aqui na Assembleia Legislativa. Está sendo conduzida pelo Tribunal de Contas com a participação do Governo do Estado e estabelece uma política eficiente, tanto do lado do gasto como do lado da receita. Essa lei está amadurecida o suficiente para que, no início da próxima legislatura, possamos protocolar, estabelecendo um reforço para o cumprimento dessa lei de recuperação fiscal.

A intenção de reduzir o número de Fundos e de vinculações das receitas: quer dizer, além de você ter gastos fixos elevados, nós temos muitas vinculações na execução orçamentária e financeira. Essa vinculação impede muitas vezes de fazer com que uma receita que se

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

arrecada a mais possa ser dirigida para alguma área prioritária, porque, como ela não tem vinculação, ela não pode receber o recurso. Estamos querendo reduzir ao máximo o número de Fundos e das vinculações de receitas.

Tem que estabelecer uma nova política de incentivo fiscal. Não dá mais para o Estado dizer que renuncia e autoriza a renúncia na ordem de três bilhões e meio de reais. O que está na LOA de 2018 é uma renúncia estimada pelo Governo do Estado de Mato Grosso de três bilhões e meio de reais, porque a política de incentivo fiscal dos últimos dez anos em Mato Grosso destruiu, na verdade, a essência de uma política de incentivo fiscal que é você atrair investimento para desenvolver o Estado. Quando você faz isso, você faz com que o Estado ganhe.

O maior exemplo de uma política de sucesso de incentivo fiscal, e são várias em Mato Grosso, mas o maior exemplo é o Programa de Incentivo do Algodão. Eu estou falando porque foi novamente aprovado, recentemente, a recondução dessa lei, e isso gerou o desenvolvimento no Estado, isso gera movimentação econômica no Estado, garante o desenvolvimento do Estado, o que significa que garante a receita para a população do Estado, porque gera emprego, gera renda. Quer dizer, nós estamos querendo transformar uma política de incentivos que possa realmente desenvolver o Estado, coisa que acabou nos últimos tempos. É claro que acabou em termos parciais, porque foram distribuídos incentivos sem nenhuma vinculação com a política de desenvolvimento para o Estado. Isso tem que ser mudado. Nós vamos encaminhar uma nova Lei de Incentivo Fiscal no ano que vem.

Não podemos deixar de tratar - quando se quer arrumar o Estado - do Regime de Previdência no Estado. Todo o mundo sabe, não é discurso e não é ameaça. Existe um desequilíbrio na Previdência do Estado de Mato Grosso, tanto atuarial como fiscal, como financeira. Nós vamos ter que encaminhar, nós vamos ter que enfrentar esse problema, discutir com todo mundo e ir criando um novo Regime de Previdência para o Estado de Mato Grosso. E, claro, sempre olhando o que está acontecendo no Governo Federal, porque a Previdência é um assunto que envolve todos os Estados e a União.

E a Reforma Administrativa do Estado: não dá para ficar com um Estado do tamanho que está hoje, que não cabe nas suas receitas. Então, você tem que ajustar o tamanho do Estado para que possamos cumprir de fato o papel que o Estado tem. Por que tudo isso que eu falei aqui? Porque na realidade é o seguinte: eu queria que vocês tivessem um pouco... Eu nem vou mostrar o número, eu queria que os senhores ouvissem o que eu vou dizer, porque envolve a todos nós. Envolve o Estado, envolve os Poderes, envolve os servidores, envolve as políticas públicas.

Na verdade, a realidade fiscal de Mato Grosso é a seguinte: se você pegar o gasto de pessoal de todos os Poderes mais a dívida que o Estado paga e é obrigado a pagar e mais o custeio para funcionar a máquina, e o custeio lá embaixo, nós gastamos 98% de tudo o que nós arrecadamos. Isso significa que, a cada 100 reais que entram no Estado, 98 vão para pagar dívida, 98 vão para pagar pessoal e encargos sociais - aqui é incluído o déficit financeiro da Previdência, que já é da ordem de um bilhão de reais no Estado de Mato Grosso -, e sobra uma margem de investimento de apenas 2%. Só que, como existem restos a pagar acumulados desde 2008 para cá, que só neste ano para o ano que vem vai um bilhão e meio, a nossa capacidade, quando eu falo nossa é porque nós trabalhamos no Estado, a capacidade do Estado de Mato Grosso de fazer política pública inexistente. Simplesmente inexistente. Você achar que vai poder construir uma nova estrada, a não ser que você faça operação de crédito, tomar dinheiro emprestado como o Governo já fez, que fez operação de

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

crédito. Há investimento feito com operação de crédito que não entra nesse limite. Os investimentos não entram nesse limite.

A situação é a seguinte, você perdeu a capacidade de fazer política pública. E o que está acontecendo de fato no Estado de Mato Grosso? Todos vocês trabalham no Estado, a maioria aqui trabalha no Estado, sabe da dificuldade de trabalhar hoje no Estado por conta do que chamamos de precarização dos serviços públicos.

Encontramos um ambiente de trabalho muito ruim. Sabe por quê? Porque para financiar a dívida e os gastos fixos, dívidas com o pessoal e os encargos, previdência, aconteceu do custeio ir para baixo. Então, você tem uma dificuldade...

Quando falo em custeio, não é para questionar o tamanho da máquina, não. Sabe o que é? O custeio é para manter os hospitais, o custeio é para manter a segurança pública na rua, é para pagar até energia, é para pagar os prédios, pagar os aluguéis, mas o custeio é para fazer a manutenção do patrimônio que o Estado tem: hospital, escola, segurança, o carro do policial, a bala que se compra para o policial andar na rua.

Em uma situação dessas, começa a ocorrer o que dizemos ser uma precarização do serviço. Você não dá conta, ainda que tenha uma grande parte desse gasto fixo, rígido, e que não altera, que são os gastos com os servidores, que é fundamental, porque se eles não receberem em dia e não receberem a RGA não trabalharão satisfeitos. O que acontece é o seguinte: a rigidez leva a um estrangulamento do Estado.

Mostrarei só mais um gráfico. É importante começarmos a debater, porque eu só falando, tenho certeza de que vocês ficarão com muita dúvida.

Essa é uma situação que eu gostaria que ficassem atentos só para comprovar o que eu estou dizendo. Em 2008... Quando falo que existe um problema que foi passado de ano a ano, comprovarei com os números aqui. Em 2008, essas despesas primárias correntes, que é o vermelho aqui, é despesa de pessoal e custeio, significavam 78,88%, ou seja, 80%; sobravam 12% para fazer investimento e você ainda pagava dívida de 8,89%, ou seja, 9%.

Hoje a situação é a seguinte: você vê que o gráfico da participação da despesa primária em relação à receita primária cresceu para 92%, aquele número que falei antes de mostrar. Eu falei do número 92.

Bom, 92%...

E olhem aqui: a dívida que era de 9% e está consumindo hoje praticamente só 6%. A dívida do Estado, hoje, só significa 6% do consumo da receita primária, entretanto, só sobram 2% para fazer investimento. Então, essa situação precisa ser revertida. Se você não controlar isso aqui, sabe o que vai acontecer? No ano que vem estaremos consumindo...(FALHA TÉCNICA.)...Se não controlarmos esse gasto aqui, vamos paralisar o Estado. Aliás, semiparalisado ele já está.

Quer dizer, se você não controlar essa situação, você não tem como sair do problema. Então, você tem duas maneiras de resolver: limita o gasto e faz... Limitar o gasto não é congelar. Limitar o gasto é preservar o gasto como ele está. É o salário que vocês...

Eu estou falando, porque tem muitos servidores aqui. Então, me dirijo a vocês.

Quer dizer, o salário de vocês está preservado. Será o que vocês ganham e mais a inflação do ano anterior. Isso está garantido! (VAIAS) Mas não é? Vocês não querem? (VAIAS). Então, tá! Não é isso! Então, não é isso! Quer dizer, você tem...

(PARTICIPANTE DA PLATEIA FALA COM O ORADOR – INAUDÍVEL.)

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER – Não, 10 anos, não. Quer dizer, 10 anos é uma forma de você estabelecer um limite no tempo. O que temos é que, se não conseguirmos equilibrar, não tem como fazer política pública nem de pessoal.

Então, você tem no ano de 2019 uma maneira de ver o que aconteceu em 2018 e 2019 para fazer a correção - foi uma das primeiras coisas que eu coloquei aqui – e verificar o que irá acontecer; qual o sucesso dessa política para alterar essa política de gasto.

Bom, essa é a situação que a PEC pretende corrigir, porque, se ela não for corrigida, de fato, haverá uma paralisia do Estado. Ou você controla o gasto... Aliás, você tem que controlar o gasto e, ao mesmo tempo, estabelecer uma política de tal forma que você consiga elevar a receita ou, pelo menos - se vocês entenderem isso, vão entender o sentido da PEC -, fazer com que a receita cresça mais do que as despesas. Vamos dizer que as despesas cresçam 5%, a única saída para esse quadro se alterar é fazer com que a receita cresça mais do que 5%. Então, vamos raciocinar o contrário: se a receita cresce 8% e a despesa crescer 5%, você tem uma folga de 3% para ir arrumando o Estado. E não foi isso que aconteceu nos últimos 10 anos. Nos últimos 10 anos, por exemplo, a transferência aos Poderes cresceu 140%, a receita só cresceu 65% e a inflação nesse período foi só de 59%; o gasto com pessoal cresceu 155%, a receita nesse período só cresceu 65% e a inflação foi de 59%.

Então, essa situação demonstra que na medida em que você aumenta esse gasto, você aumenta o comprometimento desse gasto com a receita e inviabiliza, principalmente, a chamada política pública de fazer investimento. Essa é uma realidade! Não foi, absolutamente, responsabilidade de um governante. Aliás, foram os governantes anteriores que estabeleceram uma política muito flexível de gastos, onde o ganho foi para as despesas rígidas e que estão inviabilizando a questão fiscal do Estado, hoje. Quer dizer...

(PARTICIPANTE DA PLATEIA INTERROMPE O ORADOR.)

O SR. GUILHERME FREDERICO DE MOURA MÜLLER – Eu não entro nem no mérito. Roubo para mim tem que ser cadeia. Quer dizer, não é aqui que você vai resolver o problema do roubo. (PALMAS) Roubo é um problema policial. Não é fiscal. Quer dizer, se tem consequência fiscal, tem que ser resolvida de outra maneira.

Eu aqui estou tratando de uma situação fiscal. Aliás, não estou nem tratando. Estou só retratando. Estou fazendo uma retratação.

Quando o Governo...

Em 2015...

Eu tenho a tabela. Não vou mostrar muito o número, não, mas, na verdade, é o seguinte: inclusive, o Estado descumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é um absurdo. Quer dizer, o STN já deixou claro para o Estado que nós estamos descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal. E a Lei de Responsabilidade Fiscal já estabelece o limite de gastos. Já estabelece! Há muito tempo já estabelece o limite de gastos.

Em 2015, em abril de 2015, que foi o 1º quadrimestre do Governo atual, do Governo Pedro Taques... O Estado é obrigado a enviar relatórios de gestão fiscal para o Tesouro Nacional e para o Tribunal de Contas. Nesse mês de abril nós já gastávamos 49,5% de pessoal em relação à Receita Corrente Líquida, ou seja, nós já descumpríamos a Lei de Responsabilidade Fiscal. E a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o Estado tem que limitar o gasto com pessoal. É

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

isso que fala na Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, essa é uma situação que perdura e que precisa ser revertida.

Olha, absolutamente, nenhum governante gosta de estabelecer limites de gastos. Nenhum gestor quer trabalhar com essa possibilidade, mas se essa possibilidade de limitar gastos não for possível ser feita, podem ter certeza que os tempos ficarão mais difíceis. Já estão difíceis e vão ficar mais difíceis, porque você fica inviabilizado de honrar os compromissos.

De fato, o que acontece, neste momento, é – a dificuldade não - o impedimento de o Executivo honrar seus compromissos assumidos contratualmente e em execução. Quer dizer, você começa, de fato... Os servidores estão em dia, mas você começa, de fato, a ter problema de honrar os compromissos para a máquina poder funcionar. É o combustível que está faltando para o carro andar na rua, da polícia andar na rua; é o custeio da saúde que você não consegue honrar; é o custeio, por exemplo - eu sei, porque estava tratando disso antes de vir para cá -, do INDEA que fiscaliza a produção de carne no Estado. Não está conseguindo sair do lugar, porque não está conseguindo honrar, produzir.

Então, é essa situação que temos a intenção, quer dizer, que o Estado tem a intenção de disciplinar com o objetivo de, no tempo, porque você não consegue resolver de imediato, não consegue mesmo... Você só vai conseguir resolver isso no tempo e esse tempo só está estabelecido em 10 anos, sendo que, a partir do terceiro ano, pode ter uma modificação da correção caso haja sucesso na execução fiscal de 2018 e 2019.

Eu fico à disposição para tirar todas as dúvidas possíveis e jogando muito transparente no sentido de que essa é uma realidade que não é, absolutamente, inventada. Vocês podem consultar os colegas de vocês que trabalham na Secretaria de Planejamento. Todas essas informações estão dentro do FIPLAN e dentro dos relatórios fiscais para que possam ser comprovadas e analisadas pelos senhores, inclusive, se for o caso, para, de fato, nos ajudarem a sair dessa crise fiscal que vai levar todo mundo para o buraco.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Obrigado, Secretário.

Em tempo, comunico a presença do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Eduardo Botelho; Deputado Adalto de Freitas, Deputada Janaina Riva, Deputado Dr. Leonardo e Deputado Zé Domingos Fraga.

Convido o Secretário Gustavo de Oliveira para fazer o uso da palavra, dispondo de 10 minutos.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Bom dia, Srs. Deputados aqui presentes!

Bom dia a todos os colegas da Audiência Pública e da plateia.

Basicamente, o que estamos tratando, hoje, é do ritmo do ajuste das contas públicas no Estado de Mato Grosso. É óbvio que esse ajuste poderia acontecer com o tempo sem medidas tão duras. O problema é que as consequências de não se fazer o ajuste são muito piores do que se fazer esse ajuste, agora. Por que eu digo isto? Nós vivemos, nos dois últimos anos, uma das maiores crises econômicas mundiais, a maior desde que se têm dados econômicos no País. Isso impactou fortemente o caixa da União - não vou ficar aqui decantando números novamente – e a União, o Governo Federal resolveu fazer um ajuste centrado no ajuste das suas próprias contas e,

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

nitidamente, deixou os Estados de fora. Digo isso aqui; digo isso nas mesas de negociação do Ministério da Fazenda; digo isso aonde eu vou.

O grande problema das contas públicas estaduais no Brasil, dos entes subnacionais, decorre da falta de apoio da União para que os Estados possam atravessar o momento econômico de crise.

Cito três exemplos que confirmam o que estou dizendo: primeiro, FEX, Compensação de Exportações.

Quando o FEX foi criado, por conta da compensação das exportações do Estado, Mato Grosso recebia 96% - guardem esse número - do que desonerava de exportação de produtos primários. Hoje esse valor mal chega a 10% do total desonerado. Eu estou falando de algo de mais de 3 bilhões de reais.

Se nós tivéssemos 3 bilhões de reais de compensação, nós não estaríamos aqui, hoje, discutindo um ajuste fiscal pelo lado do gasto.

Faço outras considerações: por exemplo, ontem, conversava com o Secretário de Saúde, Luiz Soares, do total que ele tem para manter o custeio das atividades de saúde no Estado, pouco mais de 63 milhões de reais, 50 milhões ele depende do Tesouro Estadual. Só 13 vêm da União.

No momento de maior crise econômica, no momento onde as pessoas mais precisam da saúde pública no País, os gastos de saúde crescendo ano a ano e a resposta que ele tem do Ministério da Saúde é: “Não temos mais dinheiro para transferir para a saúde do Estado”.

E aí nós poderíamos passar por todas as áreas, Deputado Oscar Bezerra, e em cada uma delas encontraríamos o mesmo diagnóstico.

Infraestrutura: as obras que estão acontecendo hoje no Estado são quase que exclusivamente bancadas por recursos do Tesouro Estadual, preferencialmente, do FETHAB, de operações de crédito. Não tem investimento do Governo Federal acontecendo aqui. O DNIT não está fazendo estrada, não tem aporte de recurso da União.

Na semana passada eu estive numa reunião com 15 Secretários de Finanças dos municípios e eles também não têm apoio da União. Pior do que isso, a União já avisou que vai cortar drasticamente recursos em algumas áreas, cito uma: o Sistema Único de Assistência Social que acabou de ser criado. Ele vinha performando os municípios, criando estruturas para a assistência social, e esses recursos vão ser cortados. A União não vai ajudar. A única ajuda que ela oferece neste momento é de alongamento e renegociação de dívidas com os Estados.

Para o Estado de Mato Grosso, cada Estado tem um nível de endividamento, então, de cara, também registro a minha queixa feita também com o Ministério da Fazenda, as regras de renegociação de dívida elas são muito mais benéficas para os Estados que devem muito mais, que tiveram o descontrole fiscal de sua dívida. Porque devem muito mais e não tem capacidade de pagar e renegocia e tem o alívio muito maior, mas para o Estado de Mato Grosso, que vinha com a sua dívida pública relativamente sob controle, tem algum alívio em torno de um bilhão, um bilhão e trezentos milhões de reais é o limite que podemos chegar com as renegociações, mas não é suficiente para tampar o buraco que existe nas contas públicas depois de três anos de crise.

Falando um pouco da parte do Governo Estadual, muitas pessoas dizem: “Olha, mas tem que ir atrás de mais receita”. Esse esforço está sendo feito pela Secretaria de Estado de Fazenda, está sendo feito pelos profissionais que ali trabalham, que são funcionários de carreira do

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Estado. Nós, inclusive, temos um plano de ação para tentar nos próximos doze ou dezoito meses aumentar a arrecadação em mais de um bilhão de reais. Alguns desses resultados já vêm acontecendo de maneira clara, principalmente na arrecadação de ICMS, seja na arrecadação espontânea, aquela que o contribuinte recolhe mês a mês ou na arrecadação que nós temos que ir atrás e punir o contribuinte, porque ele não está recolhendo os impostos. Nós já recuperamos mais de um bilhão de reais em impostos que não foram recolhidos aos cofres do Estado de Mato Grosso. Isso não é dinheiro do Governo, isso é dinheiro de cada cidadão do Estado de Mato Grosso e outras ações estão a caminho.

Nós não vamos, de forma alguma, neste momento de crise deixar de cobrar o imposto que é devido a toda sociedade mato-grossense. Mas não é suficiente. Todo esse esforço de arrecadação que nós vamos fazer, por exemplo, mal compensa os 500 milhões de transferência corrente da União que devem se frustrar em relação ao que estava projetado para a LOA deste ano. Eles não são suficientes para suprir a falta das operações de crédito que a União praticamente fechou para todos os Estados.

Mais uma notícia: o Tesouro Nacional, há dois meses, reviu a capacidade de pagamento de todos os Estados e Mato Grosso foi rebaixado de bem menos para ser mais, isso impede o nosso acesso a novas operações de crédito pelas regras da Secretaria do Tesouro Nacional. Significa o seguinte: se vocês quiserem investir será com o dinheiro de vocês, que dinheiro com o aval e o apoio da União federal também não vai ter pelos próximos anos até que vocês corrijam as finanças.

Os entes que se propõe a nos ajudar: Banco Mundial, que quer comprar e renegociar a famigerada dívida dolarizada do Estado de Mato Grosso que foi negociada a taxa de 5% ao ano; o Banco Mundial tem uma linha de crédito que pode renegociar, alongar em até vinte anos essa operação de crédito e fazer isso com uma taxa em torno de 2% ao ano. Espera o resultado das propostas do ajuste fiscal para entender que nós temos capacidade de pagamento e tem uma trajetória de ajustes das contas públicas do Estado para apoiar.

A própria União Federal liberou que negociemos dívida com o BNDES, Caixa Econômica Federal; enviaremos outros projetos de lei a esta Casa de Leis, em seguida, para que essa autorização possa ser feita ao Poder Executivo. São reduções importantes num montante de pagamento de dívidas do próximo ano. Mas tudo isso só acontece se nós respeitarmos as premissas da Lei Complementar nº 156 que estabelece, como todos sabem, o Teto dos Gastos.

Em que pese dizerem que nós adotamos medidas muito duras para o Teto de Gastos, que o Poder Executivo propôs as medidas mais duras, eu quero fazer aqui duas observações para encerrar a minha fala: primeira, nós tínhamos duas alternativas para calcular esse Teto de Gastos, ou usar a base dos valores empenhados em 2016 ou fazer a média de 2015 e 2016. O fato de nós termos adotado só 2016, abriu um espaço maior de gasto, de despesas primárias para o ano que vem, de mais de 600 milhões de reais. Adotar a média dos dois anos, limitaria o teto a 14,024 bilhões e nós adotamos só 2016 como base, 14,687 bilhões. Então, esse é o primeiro recado de que o nosso ajuste está longe de ser o mais duro possível.

Segundo ponto: nós poderíamos, sim, e talvez devêssemos disparar medidas mais duras de ajuste de pessoal nas contas públicas do Estado de Mato Grosso. Essa foi uma exigência muito forte do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Tesouro Nacional.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Eu estou dizendo aqui coisas que dão arrepio na gente. Reduzir efetivo de segurança pública; devolver ao mercado de trabalho profissionais que estão em estágio probatório, o que seria péssimo para um Estado que precisa tanto de serviços públicos. Eu já disse claramente no Ministério da Fazenda que essa não é uma alternativa do Estado. Eu não defendo isso, porque não defendo que o cidadão tenha o serviço ainda mais precarizado no momento de crise, que é quando ele mais precisa. Esse é o tipo de negociação que não precisamos levar para a União e fazer o ajuste do lado dos custos para dentro.

Encerrando a minha fala, Deputado, eu não pretendo absolutamente convencer ninguém de que o Teto dos Gastos é bom para todo mundo. Ele, sim, é ruim para muitas pessoas, mas é a medida necessária para o ajuste das contas públicas no Estado de Mato Grosso e é o limite do que o Governo do Estado conseguiu em negociação com o Ministério da Fazenda.

Estamos abertos a sugestões.

Se alguém entender que outras medidas podem ser tomadas e sejam eficazes para isso, estamos abertos a ouvir. Não somos donos da verdade. O problema é que o tempo está passando e temos até trinta de novembro para decidir se queremos o Teto de Gastos, se queremos o perdão da dívida ou não.

Aqui encerro minha fala tendo contextualizado sobre os fatores que nos trouxeram até aqui hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Obrigado, Secretário.

Peço às pessoas que respeitem, porque todas as categorias estão inscritas para falar.

Convido o Dr. Márcio Dorilêo, Subdefensor Público-Geral para usar da palavra.  
(TRANSFERE)

Convidar o Deputado Estadual Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO – Sr. Presidente, demais Deputados, Deputado Mauro Savi, que preside esta Audiência Pública.

Cumprimento todos os servidores e servidoras que nesta Audiência Pública representam não somente o serviço público, os servidores públicos, os interesses dos servidores públicos, mas os interesses de toda sociedade mato-grossense, principalmente daqueles e daquelas que não tomaram conhecimento ainda do que a PEC 10 lhes reserva.

Quero dizer que, enquanto parlamentar, a sociedade ao nos dar o voto como confiança nos delega a responsabilidade de representar os interesses da sociedade e essa é uma tarefa inarredável dos parlamentares. Não estamos aqui para representar os interesses do Executivo, mas sim da sociedade mato-grossense.

Falar de ajuste fiscal em um momento em que acabamos de ter a notícia de que seis brasileiros acumulam a fortuna de outros mais de cem milhões de brasileiros já dá muito bem para entender porque é que os governos que priorizam fazer sempre uma gestão de Estado mínimo assim o fazem, fazendo com que a minoria possa se servir do banquete enquanto que a esmagadora a maioria da população tem grandes dificuldades de sobrevivência.

Eu não poderia aqui falar da PEC 10 sem dizer do que já está acontecendo a partir da promulgação da Emenda Constitucional 95, que foi lá no Congresso Nacional a PEC 241 na Câmara e a PEC 55 no Senado.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Já vimos a notícia de que o Ministro da Saúde pretende reduzir dos 7.500 hospitais públicos existentes para 1.500 hospitais públicos.

Quem vai sofrer com isso é o conjunto da sociedade menos favorecida, menos abastada.

Na educação para 2018 o projeto de lei orçamentária apresentado no Congresso Nacional traz a seguinte distinção: em 2015 para o ensino superior nós tínhamos 13 bilhões de reais; em 2017 8,7 bilhões; e para 2018 cairá para 5,9 bilhões. Irá faltar dinheiro para comprar papel higiênico nas universidades!

Na educação básica em 2015 7,4; em 2017 6,1; e em 2018 3,5 bilhões!

Nos institutos federais, em 2015 8 bilhões; em 2017 3,7; e 2018 2,8 bilhões!

Portanto, não dá para dizer que a emenda, o projeto que se coloca aqui, a PEC 10, não é para atingir o conjunto da sociedade menos favorecida num momento que vemos aqui os representantes do governo fazendo um discurso muito contraditório... (PALMAS) ...um discurso que aponta para o passado mais uma vez, atacando o passado, o fruto dos últimos 10 anos, e se são 10 anos incluem três dele, porque já está terminando o terceiro ano deste governo... (PALMAS) ...então é um discurso praticamente eleitoral e contraditório, ao mesmo tempo em que compõe aqui o arroxar para as camadas mais pobres da sociedade mato-grossense. (PALMAS)

Quero aproveitar e pedir licença para a AUDIP-Associação dos Auditores Públicos Externos do Tribunal de Contas do Estado, que fez um estudo que também irá fundamentar o que irei dizer aqui agora.

A PEC 10 institui o regime de recuperação fiscal, como já foi dito, e o governo dizendo que tem que arroxar e arroxar mais.

Arroxar em quem? Arroxar na sociedade, nos que mais precisam das mãos do serviço público. (PALMAS)

O principal objetivo da PEC 10 colocado nesta Casa, que esta Casa está com muito interesse em votar - não entendo isso - é possibilitar a adesão do Estado aos planos de auxílios aos Estados e Distrito Federal por meio da Lei Complementar nº 156, de 2016.

Ocorre, senhores e senhoras, que Mato Grosso não se enquadra nessas exigências da Lei Complementar 156/2016.

Por que isso? Porque a Lei Complementar nº 159, de 19/05/2017, que objetiva o reequilíbrio das contas públicas em situação de grave desequilíbrio fiscal, estabelece os critérios.

Por que é que Mato Grosso não se enquadra? Porque para se enquadrar ele teria que mexer cumulativamente os requisitos constantes dos incisos I, II e III do art. 3º da Lei nº 159/2017 - cumulativamente. Ou seja...

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Deputado, não é a Lei Complementar 159, é a 156. A 159 é do Rio de Janeiro.

O SR. VALDIR BARRANCO – *Ok.*

A Lei Complementar 156. Não muda, só acrescenta que é a Lei Complementar 156.

O Regime, ou seja, o inciso I diz que a Receita Corrente Líquida Anual é menor do que a dívida consolidada ao final do exercício financeiro anterior à solicitação do ingresso ao regime de recuperação fiscal. Ou seja, a receita corrente líquida anual menor do que a dívida consolidada

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

em 31 de dezembro de 2016, já que a base aqui é a partir do exercício de 2016. Portanto, não se enquadra.

Por que não se enquadra? Porque a dívida consolidada em 31 de dezembro de 2016 era de R\$5.053.130.305,22, 40,5% da Receita Corrente Líquida de 2016. Qual foi a receita corrente líquida? Foi de R\$12.477.124.335,68.

Inciso II: despesa líquida com pessoal, mais juros, mais amortizações, que, somados, representem 70%, no mínimo ou mais, da Receita Corrente Líquida do exercício financeiro anterior ou da solicitação do ingresso ao regime de recuperação fiscal, que é 2016. Também não se enquadra.

Por que não se enquadra? Porque as despesas com pessoal mais juros, mais amortização em 2016 foram de R\$8.028.307.980,98, que equivalem a 64,34% da Receita Corrente Líquida de 2016. Ou seja, 64, até onde eu aprendi matemática, é menos do que 70. (PALMAS)

Inciso III – já estou finalizando – diz o seguinte: a disponibilidade de caixa sem vinculação deve ser inferior às obrigações a pagar, ou seja, as despesas maiores que as receitas. Também não se enquadra. Por que não se enquadra? Porque as obrigações contraídas em 2016 foram de 01 bilhão e 169 milhões e 912 mil e 80 reais e 87 centavos.

A disponibilidade de caixa sem vinculação foi de 01 bilhão e 586 milhões e 748 mil e 990 reais e 56 centavos. Portanto, se a exigência é que os três requisitos sejam cumulativos, portanto não pode deixar de ter nenhum, de atender nenhum e aqui nenhum dos três se enquadra, nenhum dos três existe. Eu cheguei a uma conclusão e quero aqui concluir perguntando ao nosso Presidente desta Casa: o que é que a PEC 10 está fazendo aqui na Assembleia Legislativa? (PALMAS)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Bom, Presidente, se me permite, rapidamente, o que o Deputado diz realmente é verdade.

O Estado não chega perto de se enquadrar na Lei Complementar nº 159, isso foi motivo da primeira reunião nossa com o Ministério da Fazenda, porque...

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Se quiser ficar o tempo todo falando, eu dou a palavra para você na tribuna.

(O SR. PRESIDENTE FALA A PARTICIPANTE DA PLATEIA.)

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – A Lei Complementar nº 156 foi aprovada no dia 28 de dezembro...

A PLATEIA – Ele já falou!

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Ele pediu para fazer pelo Governo e quem teria que tirar a palavra dele aqui é o Deputado.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Eu estou concordando com...

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Secretário Gustavo, o senhor já falou?

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Só deixando claro...

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – O senhor tem a palavra.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA – Concordo com que o Deputado Valdir Barranco disse, porque a Lei Complementar nº 156 foi aprovada no dia 28 de dezembro de 2016. E o que ele está tratando é da provável adequação do Estado. A Lei

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Complementar nº 159 foi aprovada dia 19 de maio de 2017. A Regulamentação da Lei nº 156 só saiu no dia 24 de maio depois da Lei Complementar nº 159.

A Lei Complementar nº 159 foi feita para os Estados que quebraram, que já estão sem pagar salários há meses, que já estão sem repassar dinheiro aos Poderes já há alguns meses, como é o caso do Rio de Janeiro e talvez Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O grande ponto nosso é que a Lei Complementar nº 159 não põe um teto de gastos e ela é muito mais generosa com os Estados que já quebraram do que com os Estados que, de alguma forma, ajustaram as contas públicas. Então, concordo integralmente com o que disse o Deputado Valdir Barranco, de que não nos adequamos à Lei nº 159.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Com a palavra, a Deputada Janaina Riva, para usar da palavra. (PALMAS)

A SR<sup>a</sup> JANAINA RIVA – Bom dia, Sr. Presidente, nobres colegas, equipe do Governo, sejam bem-vindos, e a todos os servidores públicos aqui presentes, Presidentes de sindicatos, a quem eu tenho uma grande estima e respeito por todos vocês.

Sr. Presidente, gostaria de começar... O Deputado Valdir Barranco fez uma ótima explicação aqui, porque isso foi uma coisa que nós sempre questionamos. E até reclamei com Vossa Excelência que eu não estava ouvindo a resposta direito do Secretário, mas eu ainda não entendi também se o Estado se encaixa ou não se encaixa?

Quer dizer, houve uma conversa com o Governo Federal, e isso depois não vai ser questionado na Justiça, caso o Estado não se encaixe? Porque o que parece... E o Deputado Valdir Barranco foi muito claro, e isso todos os servidores diziam desde o início, quando nós começamos a tratar da PEC, que o Estado de Mato Grosso não se encaixava nos requisitos. Nós ainda não estamos na mesma situação em que está, por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro, estamos longe disso ainda.

Mas quero questionar um dos dados que o Secretário Gustavo passou numa entrevista na rádio, em que ele dizia o seguinte: o gasto com o pessoal e repasse aos Poderes cresceu muito mais do que a receita de Mato Grosso nos últimos dez anos. E ele deu um percentual – que foi o que me chamou atenção e fez com eu fosse buscar – de que o Estado teria aumentado o gasto com despesas de pessoal em 160% e em contrapartida a receita teria crescido só 60%.

Acontece... Segundo o Balanço Oficial do Estado, que foi apresentado aqui nesta Casa, o gasto do Estado de Mato Grosso com Pessoal de 2007, que era de 2 bilhões, 447 até 2017, que é de 7 bilhões, 397; houve um aumento de 202%. Agora, quando nós falamos em aumento de receita do Estado, o número não bate, porque o número que nós temos aqui, segundo o Balanço do Governo, é que, em 2007, eram 6 bilhões e 88; e, agora, em 2016, 17 bilhões, 285, no ano passado. Portanto, 182%.

Então, quer dizer, a conta não bate para justificar que o aumento de despesa foi desse tamanho passando de ser quase quatro vezes maior e isso não corresponde aos dados do balanço do Governo do Estado. Ao que me parece, existe aqui, Secretário, certa maquiagem para que a população entenda de que o Estado está gastando mais do que deveria, quando na verdade os números não batem. Que houve, sim, o aumento, isso é visível, segundo o balanço do Estado, agora, que isso é culpa de gasto com pessoal, de gasto com o funcionalismo, isso passa longe do que está explicado aqui.

(A PLATEIA SE MANIFESTA.)

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

A SR<sup>a</sup> JANAINA RIVA – Outra coisa é o que viemos falando sempre com relação ao Estado, o que se questiona aqui na Assembleia Legislativa, nós tínhamos uma oportunidade de ter apreciado a reforma tributária, o Governo poderia ter feito isso logo que entrou, não aconteceu, e isso é uma coisa que todo mundo questiona.

A Lei de Eficiência Pública, Secretário, que nós chegamos a apresentar, o Deputado Wilson Santos, à época, como Líder do Governo, foi coautor dessa proposta dizendo da grande relevância dela, mas é uma proposta que queria questionar a atividade meio, o gasto na atividade meio, feita pelo conceituado economista – que o senhor conhece muito bem – Paulo Rabello de Castro, tão conceituado que hoje é Presidente do BNDES. Então, quer dizer, uma pessoa que tem de fato conhecimento sobre a causa, sobre a economia do Estado.

Tudo isso que estamos passando já era previsto que o Estado passaria, isso foi previsto há anos, essa lei foi apresentada, se eu não me engano, há mais de oito anos. Agora, a lei também entrou na Casa e parou. O Governo chamou a responsabilidade para si junto com o Tribunal de Contas e nada andou. E só para se ter uma ideia, Sr. Secretário, quando o senhor vê a indignação dos funcionários públicos e se questiona a indignação, eu vou dar só um exemplo: nós temos a autarquia MTI - Empresa Mato-grossense de Tecnologia da Informação, em que o custeio anual é de cento e quarenta milhões de TI. Só em junho gastou nove milhões de TI. E isso é atividade meio.

Então, o que eu vejo dentro do Estado: nós estamos procurando onde mexer e sempre buscando o mais fraco. Só aqui, hoje, temos, por exemplo, o movimento do DETRAN, que são servidores... Eu vou explicar sem querer favorecer nenhum sindicato, mas sabemos que é um órgão arrecadador.

(A PLATEIA SE MANIFESTA.)

A SR<sup>a</sup> JANAINA RIVA – E comprovado em pesquisa que o chamamento, por exemplo, dos nossos Fiscais de Trânsito apenas para verificar a inadimplência dos documentos já, praticamente, dobraria a arrecadação do DETRAN (PALMAS). Quer dizer, será que a culpa é do funcionalismo ou a culpa é da ineficiência da gestão do Governador Pedro Taques?

(A PLATEIA SE MANIFESTA.)

A SR<sup>a</sup> JANAINA RIVA – É isso que nós questionamos! E talvez o PCCS da Assembleia Legislativa esteja comprometido também com a relação à PEC do Teto dos Gastos.

O Governo nunca teve coragem de tratar o enfrentamento, como a equiparação salarial! Nós temos Poderes aqui que tem salário deste tamanho e temos o Executivo com o salário deste tamanho... (PALMAS) Então, faltou planejamento, faltou de fato um respeito com os servidores públicos do Estado de Mato Grosso, e eu acredito que nós precisamos tentar desmanchar... Eu sei que aqui será impossível - eu já vou falar isso para vocês -, nós temos que trabalhar com a realidade, segurar essa PEC aqui vai ser impossível, o Governo tem maioria aqui dentro. Mas ao menos que vocês pudessem amenizar a questão do funcionalismo público e focar naqueles que mais recebem incentivo, apoio e, na verdade, não contribuem com o Estado, o que é diferente do funcionalismo.

Esse dinheiro vai faltar no comércio, vai faltar para girar o Estado. Eu acho que está na contramão, mas aí é uma questão de gestão, e eu gostaria que Vossa Excelência respondesse essa questão que eu disse sobre o balanço do Estado.

Era isso. Muito obrigada!

(A PLATEIA SE MANIFESTA: GREVE GERAL, GREVE GERAL, GREVE GERAL...)

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Muito obrigado, Deputada Janaina Riva. Vossa Excelência solicitou...

(UMA PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Pois não!

(UMA PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA - “UMA GREVE GERAL RESOLVE ISSO AQUI...”)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Deputada Janaina, Vossa Excelência quer a resposta do Secretário agora?

Com a palavra, novamente, o Secretário Gustavo de Oliveira.

O SR. GUSTAVO PINTO COELHO DE OLIVEIRA - Eu não sei qual foi a entrevista, mas os dados estão todos aqui, os dados públicos. Se nós estamos falando da receita total do Estado, ela cresceu 155% de 2008 até 2015 e a variação do crescimento com pessoal e encargos sociais de todo o Estado, incluso os Poderes, foi de 281,28%. Esses são os dados, mas eu acho que podemos olhar um pouco mais esses dados e trabalhar. Talvez eu tenha me referido à receita tributária do Estado e não à receita total... (VAIAS) ...na entrevista. É o que eu sei.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Prosseguindo, com a palavra, o Sr. Antônio Wagner de Oliveira, Vice-Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB.

O SR. ANTÔNIO WAGNER DE OLIVEIRA - Senhoras e senhores dirigentes, é uma responsabilidade imensa essa que estamos tratando agora. É uma responsabilidade imensa que está no colo dos senhores dirigentes sindicais de todas as categorias do Estado, porque não estamos tratando apenas do nosso umbigo, estamos tratando de investimentos públicos que serão limitados com a PEC do Teto dos Gastos.

Desde o ano passado, estive em Brasília uma dezena de vezes combatendo a PEC 241 e o PLC 257, que falava da renegociação da dívida dos estados com contrapartidas extremamente danosas contra todos nós servidores públicos.

Conseguimos reverter com muita luta, com muita mobilização, com as centrais na rua o PLC 257, mas não a malfadada PEC 241.

Nós estamos discutindo o futuro dos investimentos públicos. Eu não sabia que a demanda da saúde poderia ser medida com o índice da inflação, eu achava que a demanda da saúde era por novos leitos, pela quantidade de novas crianças que nascem, eram epidemias que acontecem e assim se mediria a demanda dos investimentos na saúde.

Eu não sabia que a segurança pública se media por meio da inflação, porque os coletes, as balas dos senhores e as armas são na maioria importadas e não são medidas ou taxadas pela inflação.

O que não se disse aqui é que se usássemos a metodologia dessa PEC, nos últimos cinco anos, qual seria o nível de investimento em cada Pasta? Porque temos que discutir tecnicamente.

Temos uma carreira, sou da Área Meio do Poder Executivo, e temos uma carreira extremamente técnica, que conhece números e os dados do Estado e o que estão colocando, nem de longe é a realidade dos números do Estado.

Primeiro, eu queria combater uma canalhice retórica que este Governo insiste em utilizar dizendo que aumentou 200% o gasto com pessoal frente ao aumento de não sei quanto da receita da corrente líquida. Nós estamos falando de gasto com pessoal em uma folha de 500 milhões

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

e uma receita corrente líquida de 19 bilhões. Esses números não podem ser jogados ao ar da maneira que estão sendo jogados pelo Governo, porque senão o percentual fica díspare, fica complicado.

Queria falar especificamente de dívida pública, porque até agora discutimos aqui matar a vaca e não o carrapato que aflige a vaca. (PALMAS) A dívida pública, senhoras e senhores, em 1997, tempos do Sr. Fernando Henrique Cardoso, era de 900 milhões de reais. O Sr. Fernando Henrique Cardoso editou uma lei que federalizou essas dívidas públicas e o Governo as assumiu com juros que era melhor termos pego 900 milhões emprestados do Sr. Arcanjo, porque os juros praticados pelo Governo Federal são juros abomináveis!

Nós criamos no Estado de Mato Grosso o Núcleo pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública com a Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Lúcia Fatorelli, que auditou a dívida pública do Equador e ajudou na auditoria da dívida pública da Grécia. A dívida pública de Mato Grosso, de 1997 para cá, de 900 milhões que devíamos - depois da manobra legal do Sr. Fernando Henrique Cardoso -, nós já pagamos 10 bilhões, senhoras e senhores, em juros e amortização de juros.

Apenas na LDO do ano passado, nós gastamos 697 milhões de reais com juros e amortização de juros. Ou seja, de uma dívida de 900 milhões, nós já pagamos 10 bilhões e ainda devemos seis bilhões. Ora, mas essa conta não fecha, Sr. Secretário Gustavo de Oliveira! Como ela não fecha? Esses seis bilhões vieram de onde?

Temos que lembrar que parte dessa dívida pública está dolarizada! Foi vendida para o *Bank of Boston*, se não me engano, *Bank of American*, não me lembro. Cerca de 40% dela foi vendida para fora, dolarizada, e não entra nesse teto de gastos. Os gastos financeiros não são gastos primários, ou seja, com a nossa dívida pública, nós vamos continuar alimentando o bolso dos coitadinhos dos banqueiros. Ora bolas, temos que tirar da população para dar para os banqueiros, para quem mais precisa.

Então, gente, primeiro, vamos lá, tecnicamente: parte dessa história de teto de gastos não combaterá a dívida pública dolarizada. Aqui vem o nosso Secretário dizer que o Banco Mundial, tão bonzinho, irá assumir essa dívida com parcelas longuíssimas e nós também não sabemos.

Eu queria perguntar: essa dolarização não foi atacada judicialmente por quê? Então, foi a única operação dentre milhares de operações que o Sr. Éder Moraes fez ilegais, criminosas, e foi a única operação com lisura? Ou só porque ela ataca os bancos e o Governo prefere não mexer com os bancos?

O segundo ponto, senhoras e senhores, é que nós vimos as gravações recentes e temos que colocar a seguinte situação: a dívida pública foi aumentada em cerca de 40% por empréstimos autorizados por esta Casa de Leis. Basta vocês buscarem na internet que verão que esta Casa de Leis autorizou cerca de 2 bilhões e meio em empréstimos para que fizessem as obras superfaturadas da Copa que irrigaram os bolsos de mais da metade desta Casa de Leis. Então, eles aumentam a dívida pública e, depois, jogam nas costas dos trabalhadores? Eles aumentam a dívida pública, fazem empréstimos para a Copa do Mundo, todas as obras superfaturadas, irrigam os bolsos corruptos de grande parte desta Casa de Leis, inclusive, Deputados que estão neste Auditório, que não deveriam estar aqui, deveriam estar impedidos sequer de andar na rua, e, agora, nós seremos penalizados? Vou falar pela área meio, se me permite meu Presidente, grande Presidente, aguerrido, Edmundo, que aqui está... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Pode dar mais um minuto.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

O SR. ANTÔNIO WAGNER DE OLIVEIRA - Nós temos uma categoria com uma defasagem de servidores de 600 servidores na nossa lei de carreira. Em 10 anos teremos, pelo menos, a metade desses servidores aposentados. Todos esses servidores da área meio poderão ser substituídos por contratados. A PEC do Teto dos Gastos deve ser entendida e lida com a Lei Complementar que autoriza o Governo a terceirizar todo e qualquer setor da Administração Pública.

Eles querem limitar gastos com pessoal para que as pessoas se aposentem e lá na frente sejam substituídas por terceirizados que não entram no gasto com pessoal, senhoras e senhores.

Então, temos que ter a consciência aqui de que tudo isso que está sendo tratado é uma proposta de Governo; é uma política de Governo: arrocha a sociedade, porque os gastos primários são gastos com educação, saúde, transporte, logística, gasto com pessoal, e libera os gastos financeiros para o serviço da dívida pública.

E por que o Governo, aí eu pergunto - nós estamos falando de sugestões -, critica o incentivo fiscal, mas triplica em 3 anos 01 bilhão e 200 para 3 bilhões e 500? Por que o Governo aumentou em cerca de 30, 40% o número de contratados no serviço público? Por que o Governo não executou 30 bilhões em dívida pública dos grandes sonegadores? Por que o Governo não ataca os sonegadores que só a CPI da sonegação fiscal apontou 2 bilhões em meia dúzia de pequenas empresas? Por que o Governo não ataca os alugueis absurdos como do prédio da PGE, alugado para amigos do rei, por amigos do rei, pagando 200 mil de mensalidade? Por que o Governo não ataca esses pontos?

Prefere atacar vocês, servidores, sabem por quê? Porque vocês estão desmobilizados. Perdoem-me dizer! Porque eu não gosto de tampar o sol com a peneira... (TEMPO ESGOTADO)

(MANIFESTAÇÃO DA PLATEIA – “Greve Geral!”)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Passamos agora a palavra ao Sr. Henrique Lopes, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Estado de Mato Grosso, que dispõe de cinco minutos.

O SR. HENRIQUE LOPES – Quero saudar o dispositivo da mesa, em nome do companheiro Cledison, representante do Fórum Sindical; cumprimentar cada um e cada uma presente nesta Audiência Pública.

Imagino ser um espaço importante para fazermos uma boa reflexão sobre qual futuro queremos para o nosso Estado. Esperamos ser bastante diferente desse que as próprias delações vêm demonstrando ao longo dos anos por que, também, estamos nas condições que estamos, mas na condição de educador tenho grandes dificuldades de fazer qualquer tipo de reflexão que não seja, também, trabalhando a lógica de ideologia. (PALMAS) Até porque, a princípio, creio que governar é a arte de fazer escolhas, dentro, inclusive, de algumas prioridades. E aí acho que precisamos fazer alguns questionamentos aqui: qual tem sido a prioridade do Estado de Mato Grosso? Qual o real papel do Estado brasileiro? É para proteger os cidadãos ou para proteger uma pequena casta dentro do Estado? Portanto, eu gostaria que fizéssemos essas discussões.

Creio que pelas falas aqui colocadas e pelos números apresentados, inclusive, pelo Deputado, acho que tem uma frase que deve, mais ou menos, sintetizar o momento que estamos passando: “É plantar terrorismo com o objetivo de colher facilidades.”. Não vejo outra questão do

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

que está posto com essa PEC que estão chamando de PEC do Teto dos Gastos. Eu prefiro chamar de PEC do congelamento dos investimentos públicos. E é claro que a culpa será sempre dos servidores.

Portanto, creio ser inadmissível que esta Casa de Leis discuta o congelamento dos investimentos públicos nas áreas mais prioritárias à sociedade, enquanto que, por exemplo, 2016, a saúde executou um orçamento de 1,5 bi; a educação 2,6 e a segurança 2,1. Mas nós acompanhamos no próprio orçamento do Estado, da própria a Secretaria de Fazenda, a possibilidade de sairmos de uma política de isenção e política fiscal da ordem de 2,4 bilhões para chegarmos, em 2020, a 3,8 bilhões.

Pergunto: Onde está a crise? Quem está se beneficiando com todo esse terrorismo plantado e para onde serão canalizados os recursos daqui do Estado de Mato Grosso?

Quero chamar atenção, principalmente dos companheiros trabalhadores, porque parece que o Secretário de Planejamento, Sr. Guilherme, apresentou uma fala meio que trazendo uma tranquilidade aos trabalhadores no que diz respeito de que a Revisão Geral Anual está garantida; o Secretário, também, aponta que as leis de carreira, também, estariam garantidas. Eu quero dizer aqui que na condição de cidadãos não estamos aqui, apenas, preocupados com a questão umbilical. (PALMAS)

De nada adiantará você ter suas leis de carreira sendo garantidas, mas as políticas públicas, onde você vai desenvolver suas atividades, vão estar sucateadas, inclusive, trazendo-lhe doenças ocupacionais que é algo que temos presente em, praticamente, todos os setores aqui, no Estado de Mato Grosso. Então, quero chamar atenção para isso do ponto de vista nosso enquanto servidores.

Eu gostaria, também, que os companheiros fizessem uma rápida visita, inclusive, no § 2º do Art. 55 desse próprio Projeto, porque lá remetem ao cumprimento daquilo que estão dizendo que vai ser cumprido. Estão remetendo ao § 1º do Art. 50, que isso vai estar condicionado à questão do crescimento do Estado. Existem até os percentuais que estão colocados lá.

Portanto, do ponto de vista técnico do que está posto dentro do Projeto da Lei do Teto dos Gastos não há nada garantido em relação a essa situação. Por isso, acredito que só a nossa mobilização, só a pressão dos servidores será capaz de reverter essa lógica que aqui está colocada.

Eu gostaria de concluir a minha fala, até porque nos disseram que precisávamos ter algumas propostas para apresentar nesse Projeto...

Eu creio que seria salutar que, neste momento de crise, estivéssemos aqui discutindo a taxaço das grandes fortunas; estivéssemos aqui, inclusive, fazendo uma reflexão por que um cidadão que tem um lote de 20 por 40 tem o valor do IPTU que tem e as grandes extensões de terra aqui, em Mato Grosso, qual o valor do ITR que se paga?

Precisamos começar a fazer discussão com relação a isso... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Mais um minuto...

O SR. HENRIQUE LOPES DO NASCIMENTO – Eu creio que deveríamos estar aqui discutindo a extinção de todos os incentivos fiscais no Estado de Mato Grosso, porque essa previsão que está dizendo aqui que vamos chegar a 3.8, também lá na PEC está dizendo que aquelas que estão programadas serão mantidas. Então, o que vai ser mudado nessa lógica?

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Do ponto de vista da educação, eu penso que se respeitassem apenas a Constituição do nosso Estado de Mato Grosso teríamos outra realidade na educação do Estado, algo que os sucessivos governos não vêm cumprindo ao longo da década.

Portanto, eu gostaria de concluir solicitando da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso que devolva ao Governo do Estado essa PEC que é, acima de tudo, imoral. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Convido a Sr<sup>a</sup> Daiane Renner, Presidente do Sindicato dos Servidores do DETRAN/SINETRAN do Estado de Mato Grosso, para fazer uso da palavra. (PALMAS)

A SR<sup>a</sup> DAIANE RENNER – Bom dia, trabalhadores do Estado de Mato Grosso; guerreiros da categoria do DETRAN que estão completando hoje quinze dias da nossa greve; componentes da mesa!

Na realidade, pessoal, é muito simples, o Governo está tentando pintar de ouro uma coisa que todo mundo sabe que só vem para prejudicar os servidores do Estado e a população mato-grossense.

O Governo quer transferir ainda mais recurso público para o setor privado e que nós paguemos a conta. Nós que dependemos do serviço público duas vezes: primeiro, enquanto servidores, enquanto o nosso ganha pão, o nosso local de trabalho; segundo, enquanto usuários das políticas públicas de saúde, de educação e de segurança.

Nós estamos em greve no DETRAN há quinze dias, porque o Governo do Estado nos manteve na mesa de negociação por oito meses. Oito longos meses de discussões técnicas a respeito da defasagem salarial da nossa categoria, e agiu com tamanha deslealdade, que até nos choca, em enviar nesse período de negociação da nossa tabela essa PEC à Assembleia Legislativa.

Eu quero dizer bem claramente aos Secretários que hoje estão aqui: o Governo do Estado está mentindo para toda imprensa, está mentindo para a sociedade mato-grossense quando diz que não negocia com a nossa categoria por conta da greve, quando na realidade o que ele quer fazer é empurrar essa PEC goela abaixo de todos os servidores para depois ter uma justificativa para dizer que está proibido um reajuste das tabelas salariais. (PALMAS)

Acontece que os servidores do DETRAN não são bobos. Nós conhecemos esse Governo não é de hoje. Nós já enfrentamos a suspeição dos concursos públicos que o Governo tomou como a primeira medida em 2015, um concurso público que se nós não tivéssemos lutado pela sua realização, hoje, o DETRAN estaria completamente parado e terceirizado.

Nós tivemos que escutar de um Deputado da Base do Governo, nesta Casa, que uma vistoria veicular poderia custar 5 mil para a população que ele não estava nem aí. É isso que o Governo do Estado quer. Quem tiver dinheiro, vai ter acesso; quem não tiver, não vai ter, porque os serviços públicos vão estar ainda mais precarizados nos próximos anos.

Nós não temos mais o que aguentar em termos de sucateamento das nossas condições de trabalho desumanas. Desumanas! Nós temos colegas do interior do Estado que fazem vistoria em via pública, debaixo de sol, no meio do trânsito, porque não tem uma estrutura mínima para realizar esse atendimento.

Política pública se faz com gente. Não tem como proibir a nomeação de mais servidores para os órgãos públicos e a realização de concursos públicos. Não vai ser os totens de autoatendimento que o DETRAN está espalhando pelo Estado que vão executar política pública de

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

segurança no trânsito, de fiscalização, de educação, de engenharia de trânsito. E essa PEC acaba definitivamente com as possibilidades de conseguirmos avançar nessa discussão de o DETRAN cumprir o seu verdadeiro papel social para acabar com esse número altíssimo de mortes e lesões no trânsito no nosso Estado que impacta na saúde pública, que impacta na Previdência, que impacta na segurança.

Então, a conta não fecha. A conta não fecha. Não tem como dizer que vai economizar para investir em políticas públicas quando a falta de condições para desempenhá-las gera mais gastos para o Estado.

(O SR. DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 10H45MIN.)

A SRª DAIANE RENNER - O DETRAN tem hoje uma folha de pagamento que ocupa mentos de 20% da sua arrecadação. Vinte por cento é o que nós tivemos de aumento de arrecadação só no último ano. Então, quer dizer, não falta dinheiro para atender a reivindicação dos servidores. Não falta. Falta o Governo acabar com essa imoralidade, essa ilegalidade, inconstitucionalidade do desvio de finalidade das taxas do DETRAN. (PALMAS)

Eu quero deixar bem claro, a categoria é terminantemente contrária a essa PEC, tanto pela questão da RGA e das progressões e dos aumentos reais que vão estar vetados, sim, mas principalmente, também, porque o servidor público nunca vai defender o fim do serviço público, muito pelo contrário.

Então, é interessante que o Secretário de Fazenda ameace aqui o pessoal em estágio probatório, porque nós vimos na última reunião, na quarta-feira, na Cassa Civil, esse mesmo Secretário nos ameaçar com represálias, intransigência de corte de ponto. É isso que a nossa categoria está vivenciando nessas últimas semanas, o Governo dizendo que vai cortar os dias parados, faltando reuniões agendadas no núcleo de mediação do Tribunal de Justiça e prolongando ainda mais o sofrimento da população mato-grossense e dos servidores que querem retornar ao trabalho o quanto antes possível, mas não retornarão sem a conclusão e o atendimento da pauta de reivindicações.

Quero deixar bem claro para o Governo que não vai ser fácil aprovar essa PEC aqui, não. No que depender dos servidores do DETRAN não vai ser fácil.

Eu espero que essa seja apenas a primeira das greves das categorias do funcionalismo público no nosso Estado contra essa medida.

Obrigada. (PALMAS)

(PLATEIA SE MANIFESTA COM PALAVRAS DE ORDEM – “GREVE GERAL!”.)

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) – Obrigado, Daiane.

Com a palavra, o Sr. Cledison Gonçalves da Silva, Coordenador do Fórum Sindical e Presidente do Sindicato dos Investigadores da Polícia Civil.

O SR. CLEDISON GONÇALVES DA SILVA – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar os componentes da mesa na pessoa do Deputado Dilmar Dal Bosco.

Em nome do Fórum Sindical, quero dizer que somos radicalmente contra a PEC e deixar clara a posição do Fórum, mostrando as contradições que entendemos existir nessas propostas.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Nós entendemos que bem antes da PEC ser enviada à Assembleia, o Governo teria que ter travado algumas outras discussões importantes e nós temos dados aqui, principalmente, com relação à questão do agronegócio.

O agronegócio é um setor importante do Estado, talvez o setor mais importante de Mato Grosso, mas, infelizmente, não paga impostos.

Com a Lei Kandir o agronegócio deixou de recolher de 2016 até hoje mais ou menos 50 bilhões de reais para os cofres de Mato Grosso.

Isso é um absurdo!

(O SR. DEPUTADO MAURO SAVI REASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 11H.)

O SR. CLEDISON GONÇALVES DA SILVA – É um absurdo um Estado que tem sua economia pautada na questão do agronegócio simplesmente não arrecadar impostos do agronegócio.

Sabemos que o agronegócio tem servido para enriquecer uma minoria e esse dinheiro tem feito falta para a educação, para a saúde e para segurança pública.

Teria, sim, que discutir, e não esperar que discutam a Lei Kandir - e sabemos que essa discussão nunca será travada -, porque o agronegócio tem mais de 300 Deputados na Câmara Federal. Então, é um engodo falar que depois se discutirá o agronegócio.

É uma contradição profunda o governo dizer que está contra os incentivos fiscais e os valores dos incentivos só aumentam, já estando na casa de 3,5 bilhões de reais os incentivos fiscais.

Então, há muita contradição em relação a essa PEC.

Sabemos que a aprovação dessa PEC não significará somente a precarização da situação dos servidores públicos, mas também e principalmente daqueles cidadãos menos favorecidos que dependem da educação, da segurança e da saúde pública.

São essas questões que queremos discutir com esta Casa, com os Deputados principalmente, para encontramos uma saúde que não penalize o servidor público.

Se existe um rombo na economia de Mato Grosso não fomos nós servidores públicos que causamos. (PALMAS).

Se houve desvio de dinheiro público nas obras da Copa, não foram os servidores que desviaram.

Então, vamos fazer uma discussão de igual para igual, para que não tenhamos que chegar ao ponto de uma paralisação geral, de uma greve geral, porque não tenho dúvida nenhuma que se houver essa necessidade os servidores irão vestir a camisa e parar este Estado. (PALMAS)

O governo do Estado tem que encarar a discussão dos repasses aos Poderes.

Conforme foi colocado aqui, tanto pela equipe do governo quanto pelas pessoas que me antecederam, os repasses aos Poderes dobraram.

Temos que rever essa questão.

Os servidores do Executivo são tratados como servidores de terceira classe e sabemos que esse tratamento não é dado aos Poderes.

Nos Poderes praticamente todo mundo já recebeu URV. Todo mundo recebe férias e licença prêmio.

Na educação você nem sonha em receber URV. Por que esse tratamento? Por que essa diferença?

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Somos nós que atendemos os cidadãos menos favorecidos, nós que estamos lá na ponta, então, por que essa discriminação com o servidor público?

Essa PEC, é importante que fique claro, vai ser a morte total de todos os servidores públicos do Executivo, acabará com a carreira de praticamente todos os servidores públicos do Executivo, porque há poucos abastados no setor do Executivo.

Então, que acordemos para essa realidade.

Somos contra a PEC, queremos que o governo trave primeiro essas discussões aqui colocadas para que depois possamos discutir uma medida mais radical contra os servidores porque entendemos que nenhum momento isso irá acontecer porque não há essa necessidade.

Com relação... (TEMPO ESGOTADO) ...à Segurança Pública, onde trabalho, quero dizer vocês, pautado no orçamento de 2016, que simplesmente a Polícia Civil não terá verba para garantir sequer o cafezinho, muito menos as diárias.

Pergunto: como o policial vai se deslocar numa operação sem as diárias, principalmente nos municípios longínquos deste Estado que não têm a menor infraestrutura?

Isso significará a falência da Polícia Civil, num contraditório, porque enquanto o crime organizado cresce a Polícia Civil encolhe.

Quem pagará com isso, sem dúvidas, é o cidadão menos favorecido.

Então, somos contra a PEC, vamos lutar, o Fórum Sindical irá lutar até o último momento contra a aprovação dessa PEC.

Muito obrigado. (PALMAS)

(A PLATEIA SE MANIFESTA GRITANDO AS PALAVRAS DE ORDEM: “GREVE GERAL!”.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Convido agora o Sr. Adolfo Grace, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais de Carreira dos Profissionais do Desenvolvimento Econômico e Social.

O SR. ADOLFO GRACE – Bom dia colegas!

Cumprimento o dispositivo na pessoa do Deputado Dilmar Dal Bosco.

Nesta oportunidade carinhosamente cumprimento todos os servidores e colegas nesta empreitada, neste momento que estamos vivendo de difícil interpretação e aceitação por nós servidores da PEC que está na Casa.

Acho, senhores Deputados, que já deu para sentir aqui o termômetro.

Os servidores sentem... Se os senhores verificaram que na luta da RGA teve garra, esta virá ao quadrado... (PALMAS).

Neste momento eu vejo, dentro desse tempo que nós é dado aqui, que há respeito pelos Secretários Müller e Gustavo, que estão numa função muito difícil de levar a aprovação dessa PEC.

Nós servidores não iremos facilitar, em nenhum momento, porque, senhores assessores e staff do Governo Taques, vemos que o foco está errado.

O Governo Taques, se quisesse ter o apoio dos servidores, deveria discutir pormenorizadamente melhor cada tópico desses.

Notamos aqui, conforme foi colocado pelo Secretário de Planejamento, reforçado pelo Secretário da Fazenda, que o maior gasto que o Estado está tendo é com a previdência.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Então, por que não enfrentar, e aqui foi colocado pelo Wagner, com muita propriedade, uma auditoria para descobrir a real dívida da previdência? Também por que não enfrentar essa dívida com a União, que já não existe mais?

Existe um recuo, senhores Parlamentares que vão fazer a apreciação dessa PEC e os senhores Secretários, que estão aqui trazendo e tentando defender algo que não vai encontrar essa defesa, como já apreciamos aqui.

Os senhores podem perceber que se tocar em dois eixos, que aqui também foi colocado por aqueles que me antecederam, que é exatamente o que o Cledison agora por último falou, do agronegócio, para contribuir, não podemos mexer lá pela força, porque tem duzentos e poucos Deputados, mexer de imediato, mas podemos sim, senhores Secretários Gustavo e Guilherme Müller, podemos, sim, forçar o Governo e mostrar para ele que esse agronegócio que carrega o Brasil, Mato Grosso carrega o Brasil com o agronegócio, não traz retorno em impostos. O Governo Federal pode compensar isso acabando com essa dívida, e esse 1 bilhão e 200 milhões vai deixar de existir.

É muito mais fácil atacar esse público – traduzindo em dois ou três eixos só para que fique bem claro –, que venhamos atacar o eixo que não está contribuindo com um eixo que veio para cá há mais de 20 anos, hoje é o pessoal que detém a riqueza do Estado. É um Estado rico, mas que está nas mãos de cinco ou seis pessoas. E nós estamos aqui sofrendo essa distribuição de renda que não acontece.

Então, o Governo tem uma saída sem mudar a lei. É forçar o Governo Federal... O certo é acabar com essa dívida. Nós já a pagamos quantas vezes? E ainda mais, a compensação desse agronegócio, no primeiro momento, nós temos conhecimento que é difícil de reverter, porque eles têm uma Bancada muito forte, e depende de legislação federal, mas nós podemos, sim, e já foi colocado, Secretário Gustavo, naquela oportunidade na reunião com o fórum, que a recuperação de ativos... Se nós atacarmos essas dívidas não há que se falar em PEC.

O nosso Estado, como foi colocado muito bem pelo Deputado Valdir Barranco, não se enquadra, por que nós queremos fazer esse terrorismo – foi usada essa palavra, eu vou copiá-la do nosso colega – para trazer para aqueles, que somos nós, a parte mais fraca da relação... Vamos pagar a conta mais uma vez?

Banco, a melhor coisa que há é banco, porque nós recebemos dinheiro e fica lá no banco. Você vai pagar um negócio, fica lá no banco, que pega o nosso dinheiro e ainda empresta a juros altos para nós mesmos. Então, a melhor coisa é ter banco e estamos fazendo... (TEMPO ESGOTADO)...

Peço um minuto para fazer a minha conclusão.

Estão fazendo isso para encher ainda mais os lucros que os bancos demonstram em seus balanços todos os anos. Então, nós sabemos que esse ajuste fiscal tem esse endereço. Agora, eu espero que nós aqui... Eu represento o segmento, no Estado, de desenvolvimento econômico e social, entre ativos e inativos, nós temos cinco mil, aproximando para cima. E, no Estado, somos 109 mil, se não estamos enganados nessa numeração. É inadmissível que venhamos a concordar com essa PEC. E os Srs. Deputados, por questão de honra, têm a oportunidade de poder demonstrar... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Obrigado, Adolfo.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Com a palavra, o Sr. Márcio Dorilêo, Subdefensor Público-Geral, neste ato representando o Sr. Sílvio (TRANSFERE). Com a palavra, o Deputado Allan Kardec, que dispõe de cinco minutos.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC (FORA DO MICROFONE) – Só?

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Só. (RISOS)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Obrigado, Sr. Presidente!

Bom dia! Bom dia, gente!

(PARTICIPANTES DA PLATEIA RESPONDEM: “BOM DIA!”.)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Primeiro, quero dizer que sou servidor público, sou professor de carreira da rede estadual há doze anos e estou Deputado Estadual. E, em todas as lutas das categorias de servidores públicos do Estado de Mato Grosso, podem contar com o nosso voto na Assembleia Legislativa. (PALMAS)

Eu tenho discutido com os colegas na Assembleia Legislativa da dificuldade que teremos para votar a PEC por vários fatores. Daí uma coisa importante para falarmos aqui: a PEC não volta para o Executivo sancionar, Sr. Domingos. Ela fica aqui com as emendas votadas e será sancionada pela Assembleia Legislativa, Sr<sup>a</sup> Cinéia. Ela não tem retorno, é promulgada aqui. Então, se há um espaço onde faremos a discussão, os debates e as emendas será aqui, Sr. Oscarlino. E, é lógico, o Governo do Estado está aqui representado pelo Secretário Gustavo Oliveira e pelo Secretário Guilherme Müller.

É importante, sim, fazermos essa discussão, por quê? Quando propomos fazer uma Audiência Pública... Fizemos a primeira com os auditores do Tribunal de Contas no auditório da OAB, fomos criticados no sentido de que: “Ah, mas a PEC ainda não está com vocês, como que é farão Audiência Pública?” E nós fizemos a Audiência Pública, Deputado Valdir Barranco, já com vistas de: em que sentido estaria vindo a PEC? Se o Estado de Mato Grosso ano a ano vem aumentando a arrecadação? O aumento da arrecadação é um dos critérios do acordo com o Governo Federal, Deputado Adalto de Freitas.

Este ano, aumentaremos a arrecadação além do previsto. Por si só, o aumento da arrecadação não significa que estão sendo resolvidos os problemas de gestão, porém, ainda sobre a discussão da PEC há quatro meses, falamos assim: “Esperamos que essa PEC não venha apenas para congelamento de salários e arrocho para o servidor público. Esperamos que essa PEC venha para uma discussão acerca dos gastos internos da máquina, como locação de veículos, diárias para viagens e eventos, Vem para a Arena, caravanas, comissionados, locação de prédios...” (PALMAS). E ao receber a PEC, nós não vimos isso.

Eu acredito que é o momento interessante de se votar a PEC, sim, tem que votar com as emendas que nós passarmos aqui.

(UMA PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA: “NÃO TEM QUE VOTAR PEC NENHUMA, NÃO!”.)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC – Tem que votar, colega! Tem que votar esses pontos que eu estou falando! Não dá para fazer evento grande, não dá para fazer caravana, não dá para fazer “Vem para a Arena” com arrocho salarial, com o nosso salário atrasado... (PALMAS)

Faz parte da PEC isso, companheira. Nós falamos em cima da PEC sobre a judicialização da dívida dolarizada, falou-se quase três anos, neste Governo, sobre essa dívida. Qual

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

foi a ação judicial que nós impetramos sobre essa dívida dolarizada? O que o Governo fez para parar a questão da dívida? “Ah, mas há uma questão no Congresso Nacional...”.

Ora, nós temos aqui Deputados Federais e Senadores fortes, inclusive neste atual Governo, que independentemente deste mandato, eu não sei se termina ou não, depois do mandato, ele vai ser preso. O golpista Temer será preso. Talvez seja agora ainda, porque ele está com a segunda denúncia, vai ser afastado e vai ser preso, Domingos, isso é inevitável.

Para finalizar, não vou ficar polarizando demais, mas quero finalizar dizendo assim: nós estamos na última semana do mês de setembro. Temos outubro e novembro para continuar essa discussão, aí peço aos colegas organizados, é uma luta aqui dentro da Assembleia Legislativa com relação ao nosso PCCS, os servidores da Casa podem contar conosco (PALMAS), nós fizemos um trabalho com quase todas as categorias, em especial, com o Fórum Sindical, e não podemos nos esquecer dos servidores da Casa.

Nós temos sessenta dias, Domingos, outubro e novembro, o prazo final é novembro para que essa PEC seja votada e passada para lá, só a mobilização e a presença aqui é que será possível conseguirmos fazer dessa PEC um trabalho de resistência do servidor público. Se não tiver mobilização, se não tiver luta e a presença de vocês aqui, é possível que não consigamos aprovar nenhuma emenda e é possível que a PEC seja aprovada do jeito que ela veio.

Finalizo dizendo que nós temos toda a responsabilidade do mundo de está aqui no mandato, vamos votar com responsabilidade, acima de tudo, respeitando o maior patrimônio de um estado democrático de direito, que é o seu servidor público.

Obrigado. (PALMAS)

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “GREVE GERAL, GREVE GERAL, GREVE GERAL!”.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Entraremos agora na fala da plateia, cada orador terá três minutos para se pronunciar. Temos mais de quinze oradores inscritos, começaremos com o...

O SR. RODRIGO LEITE DE BARROS ZANIN - Gente, eu gostaria de fazer uma observação - inclusive técnica - com relação à PEC enquanto representante da Universidade do Estado de Mato Grosso, que também é um patrimônio deste Estado e tem algumas preocupações que eu acho pertinentes e gostaria de colocar para os secretários.

São três preocupações que foram diagnosticadas pela nossa equipe técnica na PEC que são: primeira delas, a relação do art. 58, que coloca que o superávit de arrecadação incluirá investimentos na área de educação, mas não deixa claro se a educação superior está incluída nesses investimentos.

Também para o pagamento de termos de ajuste de conduta. E aí gostaríamos de fazer uma discussão, já que o Governo do Estado admite que tem uma dívida com a Universidade na ordem de 70 milhões, para que pudéssemos também fazer um termo de ajuste de conduta e ser beneficiados em um possível superávit de arrecadação.

A segunda está relacionada à contratação de pessoas que, no caso da UNEMAT, já tem os cargos vagos mesmo antes da PEC, e existe uma preocupação muito grande com relação a esses cargos, com relação a poder realizar a contratação de pessoas.

E a terceira, que considero a mais importante, está no artigo que diz que o Estado poderá fazer redução de vinculações. Como todos sabem, a Universidade do Estado de Mato Grosso tem uma vinculação de 2,5% da receita da corrente líquida para 2018 e isso implica em um ajuste

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

fiscal que já fizemos dentro de casa, ou seja, já fizemos o nosso dever de casa. E a partir daí teríamos condições de investimentos.

No entanto, se for retirada essa vinculação, nós teremos um retrocesso dentro da Universidade que é patrimônio deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Teremos agora com o Sr. Rui Alberto Wolfart, Presidente da ONG Amavida do Município de Tangará da Serra.

O SR. RUI ALBERTO WOLFART - Bom dia, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

Estamos vivendo uma conflagração! É inusitado que eu, como cidadão... Parece-me que a Audiência Pública se remete apenas para a massa, o orçamento burocrático do nosso Estado, mas dentro do contrato social, o orçamento burocrático é necessário, mas efetivamente - e aí eu faço um aceno enquanto cidadão -, entre os três Poderes aqui no nosso Estado, em outros estados e na União, há um desvaforecimento à massa funcional do Executivo.

Desloquei-me de Tangará da Serra e eu fiz um texto prévio para que não houvesse nenhuma perturbação no que eu haveria de dizer.

Desloquei-me de Tangará da Serra, enquanto cidadão, para participar desta Audiência Pública e falar, sendo uma voz da maioria silenciosa.

À luz do que foi dito, das emendas apresentadas e que ainda o serão pelos Deputados desta Casa e pela sociedade, destaco a imperiosa necessidade de Vossas Excelências, Srs. Deputados, analisarem essa PEC do Teto dos Gastos sob a ótica:

Primeiro, do interesse geral e difuso dos 3 milhões e 300 mil habitantes deste Estado, daqueles que pagam a conta, os impostos, e que querem as contas públicas saneadas, atendendo aos postulados básicos do chamado contrato social, Estado *versus* Cidadão, do qual Vossas Excelências são fiadores legalmente cancelados pelo voto. Não o violem. Não o violem, porque hoje os cidadãos já se perguntam quanto à segurança, saúde, educação e infraestrutura e reagem já de maneira surda em desobediência civil, não pagando o IPVA.

Segundo, a irresponsabilidade que permeou as ações e decisões levou à ganância criminosa de recursos públicos em desfavor da sociedade. A conta chegou e o jogo acabou; o bode está na sala, e é simplesmente impossível ignorá-lo; é hora de botar a Casa em ordem.

Essa decisão quanto ao futuro próximo de todos os mato-grossenses e não apenas da máquina pública estatal está nas mãos de Vossas Excelências. Sem paixões, mas com determinação, é necessário cortar o mal e estancar essa sangria financeira, Mato Grosso é um Estado pré-falimentar.

Se Vossas Excelências não forem firmes, agindo com espírito público, integridade, responsabilidade com seus atos em relação à PEC do Teto dos Gastos, o céu cairá sobre a cabeça de todos nós mato-grossenses já em 2018. O Estado, em meio à riqueza produzida, está em profundo desequilíbrio fiscal, penalizando a todos, mas principalmente aos segmentos mais desfavorecidos, a hora é agora.

Para tanto, sugiro que a Mensagem nº 67/2017, do Poder Executivo, seja mantida com correções. E são inúmeras as correções daquelas apresentadas pelo Estado, eu também apresento, enquanto cidadão, que no seu artigo 59, em vez de termos um prazo de dois anos, que seja apenas um ano.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Segundo, que o PRODEIC, já destacado anteriormente, que a Lei 7.958/2003 seja revisada e sejam apresentados critérios transparentes, lembrando o contido no artigo 37 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Sr. Rui, se eu abrir mais tempo para o senhor, eu vou ter abrir mais tempo para todo mundo, nós temos mais de quinze pessoas inscritas.

Eu pediria que o senhor entregasse esses documentos para a comissão. Para concluir, mais meio minuto.

O SR. RUI ALBERTO WOLFART - Para concluir, foram incentivos fiscais concedidos entre outros para lojas de peças, eletrodomésticos, o que chega a ser surpreendente e surreal. Em face do crescimento explosivo da dívida, da despesa primária corrente, é saudável lembrar Vossas Excelências que a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 167, inciso III, proíbe os Estados de contraírem empréstimos para pagar despesas correntes.

Concluindo, Vossas Excelências podem ver claramente que não há como fugir e desfigurar a mensagem do Executivo Estadual.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Eu queria pedir licença ao Daniel, ao Cláudio Oliveira, ao Lucas, para convidar o servidor Oscarlino.

O SR. OSCARLINO ALVES JÚNIOR – Bom dia a todos!

Quero cumprimentar os Parlamentares presentes na mesa em nome do Deputado Valdir Barranco; Deputado Professor Allan Kardec e Deputado Dr. Leonardo, que estão presentes aqui; cumprimentar as autoridades, Secretário Gustavo, meu professor Guilherme Müller; o Coordenador do Fórum Sindical, Cledison; e a única mulher sentada à mesa, a guerreira do DETRAN, Sr<sup>a</sup> Daiane, que tem demonstrado muita garra ao longo dos anos com a qual temos convivido (PALMAS); cumprimentar meus colegas que estão aqui na plenária; e com muito carinho e muito orgulho cumprimentar todos os servidores públicos.

Eu não vou delongar, porque já fui contemplado com as falas.

O Wagner começou muito bem; foi passando a fala, o Cledison, o Adolfo falou muito bem, o Deputado Professor Allan Kardec, o Deputado Valdir Barranco foi brilhante e não quero delongar muito; o companheiro que tem servido de espelho para nós, o SINTEP, aguerrido de 53 anos de luta, que consegue tudo por meio de greve e do trabalhador na rua. Então, gostaria de fazer alguns pressupostos.

Primeiramente, dizer...

Gostaria de saber...

É a 14ª Audiência Pública que frequento nesta Casa de Leis, estamos concluindo o primeiro mandato frente ao Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e gostaria de saber, é uma pergunta meio capciosa: onde está o representante do Ministério Público nessa mesa? Onde está o representante do Tribunal de Justiça nessa mesa de discussão? (PALMAS) Onde está o representante do Tribunal de Contas do Estado nessa mesa? (PALMAS) Só vimos o representante da Assembleia Legislativa e da Defensoria Pública, que são os maiores beneficiários desse sistema fiscal que temos no Estado de Mato Grosso, hoje.

E vamos construir aqui os pressupostos.

O que Pilatos fez lá na história bíblica, naquela história que vemos em todos os filmes, quando vai decidir diante de uma plenária se crucificava Jesus ou Barrabás? Colocou lá em

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

apreciação para o povo e crucificaram Jesus. Aqui está presente a massa de trabalhadores. Onde está o recurso maciço da Assembleia Legislativa para convocar a população para estar presente nesta Audiência Pública? É a 14ª Audiência Pública de interesse da população que vemos só os *outdoors*, as antenas nos prédios com a marca da Assembleia Legislativa, nas ambulâncias pela sobra de caixa dos Poderes, da Assembleia Legislativa, mas não vimos a convocação da população que será a maior sacrificada e penalizada com essa PEC. (PALMAS)

Vivemos as contradições!

Meus amigos, atualmente, vamos falar da realidade, vamos parar de olhar para trás...(TEMPO ESGOTADO)

Pilatos lavou as mãos e mandou a PEC do Teto dos Gastos para a Casa para decidir as nossas vidas e a vida da população durante 10 anos. E que cenário que vivemos, que conjuntura econômica que vivemos? Duzentos e quarenta milhões de toneladas! Safra recorde no Estado de Mato Grosso. O PIB nacional está com acréscimo de 14% advindos do agronegócio.

Nós esperamos uma lei complementar em nível federal, a 156, a 159. A 159 foi inventada para nos jogar na mesma vala econômica de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Não nos enquadraram. Nós nos enquadraram na 156. Precisa apresentar conta, porque existem dois extremos que continuam gozando de privilégios nessa metodologia de cálculo.

O Secretário, em que eu pese o combinado conosco quando estávamos discutindo a RGA, porque a RGA foi o grande ... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Ele pode até largar o pau, mas nós temos um combinado. Então, foi dado para todos.

(UMA PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Obrigado pelo respeito. Muito respeitosa a sua colocação.

A senhora tem direito de votar. Vote em quem a senhora quiser.

Eu quero lhe dar mais meio minuto.

O SR. OSCARLINO ALVES DE ARRUDA JÚNIOR – É o seguinte!

A apresentação feita para nós... O Secretário fez ao Fórum Sindical outra apresentação que mostra a evolução dos repasses dos gastos com os Poderes que aumentaram a despesa muito exponencialmente maior do que a nossa folha de pagamento, dinheiro público que é utilizado em propaganda maciça para dizer que o único vilão da história é a folha do servidor público. Tudo mentira! Nós precisamos enfrentar isso de frente ...(TEMPO ESGOTADO)...

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Obrigado, Oscarlino Alves.

(A PLATEIA CLAMA: “Greve Geral! Greve Geral!”)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Convido o Sr. Daniel Hoffmann Wagener, membro da Comissão do PCCS da AL/MT.

O SR. DANIEL HOFFMANN WAGENER – Quero cumprimentar todos os presentes, as autoridades, os membros representantes de Sindicatos, os Deputados, em especial o Deputado Allan Kardec, nosso companheiro; e cumprimentar todos os servidores da Assembleia Legislativa que estão reivindicando um direito legítimo, assim como outros colegas das outras categorias.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Nosso tempo é curto, então, serei bem objetivo: o que eu tenho a dizer é que estamos com a carreira estagnada há mais de quinze anos. O nosso PCCS data de dezembro de 2002. Vindo a PEC teremos mais 10 anos de congelamento dessa carreira e serão 25 anos.

A Casa tem atendido todas as categorias, inclusive, com aprovação de reajuste salarial, reestruturação da carreira que é um direito legítimo. Nós estamos aqui, também, buscando esse atendimento, Srs. Deputados.

Quero dizer que há um TAC firmado com o Ministério Público. Esse TAC foi cumprido parcialmente, contudo, no que toca ao PCCS ele não foi cumprido.

Nós temos um Projeto de Lei que desde 2015 está sendo discutido e foi apresentado novo Projeto em 2016. Esse Projeto chegou às vésperas de ser votado, mas, não sabemos por que, não foi votado. Estamos há um ano com esse Projeto parado sem tramitação, sem qualquer tipo de tramitação. Um ano sem tramitação e há 4 meses estamos buscando a Mesa Diretora para marcarmos uma reunião para destravarmos essa discussão.

Então, o que nós buscamos aqui é isso: a discussão desse PCCS que está há um ano sem tramitação, sem negociação com a categoria.

O que eu posso dizer para os senhores é que sempre há esse estigma de que os servidores são os que pesam, atacam, os que pesam nas contas do Governo e isso não é verdade.

Aqui no Poder Legislativo nós somos 593 servidores de carreira apenas, servidores efetivos que estão em atividade - isso está no Portal da Transparência, é de acesso público e vocês podem acessar -, o restante é colegas servidores comissionados.

O nosso PCCS é ao contrário do que aparenta. Até o próprio discurso político é, às vezes, retórico, que vai aumentar a carga tributária da população, que a sociedade vai gastar mais por conta de um PCCS aqui do Poder Legislativo.

Enquanto servidores nós não temos nenhum tipo de privilégio aqui dentro. A demonstração disso são quinze anos da carreira congelada. O recurso que virá para atender o nosso PCCS já é repasse constitucional e já está na Casa, é gestão própria de recurso, não acarretará nenhum centavo de aumento dos repasses que a Assembleia Legislativa já recebe.

Então, o que nós queremos pedir é que haja uma sensibilização da Mesa Diretora e receba o Sindicato, juntamente com a comissão dos servidores, para que possamos retomar essas discussões... (TEMPO ESGOTADO) ...carreira dos próprios servidores da Casa.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – *Ok*, Daniel.

Eu convidar o Sr. Lucas Póvoas, servidor público do DETRAN, para fazer uso da palavra. (PALMAS)

O SR. LUCAS PÓVOAS – Bom dia, trabalhadoras e trabalhadores presentes que vão ser afetados por essa PEC com menos educação, menos saúde, menos segurança pública; servidores públicos que vão ter seus direitos retirados com o congelamento salarial, com maior sobrecarga de trabalho, porque não vai ter concurso, não vai ter nomeação, piorando as nossas vidas no nosso setor de trabalho.

Esse Governo fala toda hora que a RGA está garantida com a PEC. É mentira, gente! É mentira! Sem PEC estamos sofrendo calote da RGA. Todos os servidores públicos perderam mais de um salário inteiro pelo calote que esse Governo fez no ano passado contra os servidores. Então, sem PEC estamos sofrendo calote da RGA, imagina com PEC!

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Progressão... Eles falaram que as progressões estão garantidas, mas vai ter uma reforma administrativa que essa PEC determina que faça, que vai atacar as nossas carreiras, vai atacar o Estatuto do Servidor Público.

O servidor tem que lutar até o final para a retirada dessa PEC, para a derrubada dessa PEC, porque ela é um desacato à população mato-grossense e aos direitos dos servidores públicos; ela visa tornar a vida do servidor público insuportável para que eles possam terceirizar os servidores a quererem abandonar os serviços públicos para que possam privatizar cada vez mais esse serviço.

O Secretário Gustavo fala em busca de aumento de receita, mas nós já falamos para eles: é só nomear os fiscais de trânsito, porque a inadimplência da frota mato-grossense é muito grande e a nomeação dos concursados garantiria uma elevação da receita do Estado.

Nós já demos a receita a eles, mas não querem executar. O que eles querem é acabar com o serviço público. Não aceitem esse discurso de que o Estado está quebrado e por isso precisa dessa PEC. É mentira. Eles querem acabar com o serviço público.

Com relação a essa PEC, os servidores público só têm uma coisa a fazer: é greve geral (PALMAS). Se nós lutamos da maneira que lutamos pela RGA, contra essa PEC, tem que ser muito maior o nosso movimento. As categorias, nas suas bases, têm que fazer assembleia com essa pauta de greve geral contra a PEC do Teto dos Gastos, contra a PEC do congelamento dos investimentos públicos, porque eles querem é acabar com o serviço público.

Firme servidores?

(PLATEIA SE MANIFESTA COM PALAVRAS DE ORDEM – “FIRME!”)

O SR. LUCAS PÓVOAS – Firme servidores do DETRAN que estão em greve há quinze dias pelo nosso reajuste salarial.

(PLATEIA SE MANIFESTA – “GREVE GERAL!”)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Com a palavra, o Sr. Cláudio Oliveira, Membro da Comissão do PCCS da AL.

O SR. CLÁUDIO OLIVEIRA – Bom dia, meus amigos!

Nós estamos aqui, como o Daniel falou, numa briga há um tempo, são quinze anos sem um Plano de Cargo e Carreiras e vimos a seis meses tentando uma reunião com a Mesa Diretora.

Queremos pedir que os servidores públicos do Estado de Mato Grosso possam se ver como um todo, porque o que recebemos sendo servidor do Legislativo parece que somos privilegiados, parece que estamos em outro patamar, em outra sintonia, como se o duodécimo do Poder pagasse o seu servidor.

O duodécimo do Poder vem para pagar os serviços que a Casa, em tese, apresenta ao cidadão de Mato Grosso, para o servidor não. Nós estamos há 15 anos sem um Plano de Cargo e Carreira!

Em 2002 nós éramos a terceira melhor Assembleia em termos de pagamento ao servidor, era a que pagava melhor o seu servidor. A terceira do Brasil. Hoje nós somos a antepenúltima!

Em 2002 eram 14 salários mínimos a entrada do servidor na Casa, hoje são cinco! Nós perdemos muito o poder de compra. O servidor do Legislativo hoje enfrenta uma realidade que vocês que olham de fora não veem, porque não conhece a realidade nossa aqui dentro.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Nós temos uma grande dificuldade no diálogo, diferente, por exemplo, de um Poder Judiciário, onde os Juízes e Desembargadores são permanentes, os Deputados são passageiros. Sendo passageiros, são mais sensíveis à opinião pública. Então, temos essa dificuldade, às vezes, de conversar e de dialogar.

(PARTICIPANTE GRITA DA PLATEIA - “JUNTE-SE A NÓS”.)

O SR. CLÁUDIO OLIVEIRA – Se eu fosse embora às 10h - estou aqui desde cedo -, ia ter certeza absoluta que o Estado de Mato Grosso tinha toda razão com essa PEC, porque ouvi o Secretário Guilherme Müller e o Secretário Gustavo. Eu ia sair daqui dizendo: Perfeito! Tem que fazer essa PEC. É óbvio que tem que fazer.

Depois que ouvi o Deputado Valdir Barranco, o companheiro Wagner, eu falo: bom, espera aí, gente, não é bem assim que o negócio tem que ser. Eu acho que o papel da Assembleia Legislativa é justamente de promover o debate público, trazer os lados para que possamos entender.

Quando o companheiro Oscarlino vem e fala que não viu aqui a população de Mato Grosso, é isso que nós, como servidor, como comunicador, que trabalha na TV Assembleia Legislativa de Mato Grosso, uma TV pública, sem fins lucrativos, fazemos todos os dias, convocar o cidadão para participar para que conheça o Poder, para que entre na transparência, para que faça a sua parte.

Corta-me o coração vir aqui e ver tantas Audiências Públicas, extremamente importantes à população de Mato Grosso, vazias. Vazias! (TEMPO ESGOTADO)

(PARTICIPANTE SE MANIFESTA – INAUDÍVEL.)

O SR. CLÁUDIO OLIVEIRA – Então, essa participação popular é consciência, é um processo de educação. Nós só vamos fazer isso fortalecendo o servidor, porque gasto com servidor não é gasto, não é custo, é investimento. É isso que nós queremos ver: respeito. Nós que atendemos a população do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Eu queria, após consultar a assessoria da Casa, comunicar ao orador Oscarlino que tanto TJ, quanto o TCE, como o MP foram comunicados e convidados para esta Audiência Pública.

Cabe ao sindicato agora perguntar por que eles não vieram.

À população, foi bem explicado pelo nosso funcionário da TV Assembleia, o chamamento é diário e esta Audiência Pública foi muita divulgada na TV Assembleia e por ofício.

(A PLATEIA QUESTIONA – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Posso falar?

Quero convidar aqui o Vice-Presidente da ADUNEMAT, senhor João Sanches, para usar da palavra.

O SR. JOÃO SANCHES – Bom dia!

Quero cumprimentar o professor Rodrigo, que está aqui e apresenta a UNEMAT, e o Domingos Savio, que é o nosso Presidente ADUNEMAT.

Eu sou o Vice-Presidente da ADUNEMAT, Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso e gostaria de começar a minha fala...

(A PLATEIA SE MANIFESTA QUANDO O SECRETÁRIO GUSTAVO SE AUSENTA DO AUDITÓRIO.)

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Ele só vai ao toalete.

Pode? Está liberado. Pode ir.

O SR. JOÃO SANCHES – Peço ao Presidente da mesa que recomece a contar o meu tempo, porque já é escasso.

Eu entendo o tumulto, mas peço, então, que recomece meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Recomeçam os três minutos.

O SR. JOÃO SANCHES – Quero começar fazendo coro à fala do companheiro Henrique, do SINTEP, dizendo que a falta de ideologia, ou pedir que não se fale em ideologia é uma ideologia, é a ideologia que se propagar dentro desse projeto maior, mais amplo.

É bom que o Secretário de Estado seja vinculado à universidade também, porque colocamos algumas coisas e fica parecendo que é discurso de sindicalista.

Estou como sindicalista, mas sou professor universitário. O professor Rodrigues está na gestão da UNEMAT, mas é professor universitário, o Müller também nesse sentido e aqui todos os outros.

Infelizmente alguns fazem carreira na política e algumas vezes se esquecem de que são servidores públicos de origem, de carreira inclusive, assim como temos colegas dentro da Assembleia Legislativa que é professor da UNEMAT, e espero que se lembre disso ao votar essa PEC, porque por traz dessa PEC está uma ideologia, ideologia clara: precarizar o serviço público e dificultar o repasse para investimentos ao serviço público que atende a população mais carente do Estado.

Vejam bem! Quem depende exclusivamente da segurança pública é a população pobre. Essa população pobre representa 99% da população. Tem 1% ou 2% que podem pagar o Alphaville com segurança particular e não se preocupa com a segurança do seu filho.

Eu acho temeroso, para não fazer um trocadilho com o Presidente da República, que o Governador deste Estado faz coro e aplaude a PEC que passou lá, a PEC 55, quando ele quer passar aqui.

Vejam bem! Essa política ou essa ideologia vem de cima para baixo. Ela quer precarizar todo serviço público.

Quem aqui depende exclusivamente de educação pública, porque não pode pagar uma escola particular para os eu filho, está afetado pela PEC. Só não está entendendo que isso é um projeto. Eu precarizo a educação...

Ontem saiu uma notícia no jornal da globo: apesar de as escolas particulares aumentarem o dobro da inflação em média o preço, o número de matrículas particulares aumenta exponencialmente.

Quer dizer, a classe trabalhadora, como não tem alternativa, e a escola está sucateada, e vemos a luta do SINTEP de mais de cinquenta anos, com todas as conquistas que o SINTEP conseguiu, começa a mudar, com toda luta dos sindicalistas “esquerdopatas” do SINTEP, hoje nós temos mais de duzentos e cinquenta mil pessoas fazendo concurso para entrar na carreira do SINTEP. (PALMAS)

Não é à toa, é porque o SINTEP tem garantido o mínimo de dignidade por meio de salário... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. JOÃO SANCHES – Mais um pouquinho e já termino.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Na garantia mínima na condição de trabalho por meio, por exemplo, do salário da RGA, que está precarizado, foi dado o calote, mas houve uma reversão disso por meio do desenvolvimento grevista dos trabalhadores, tanto do ensino como de outras categorias que endossaram aqui o fórum sindical.

Então, minha fala é nesse sentido: falar que não tem ideologia?! Esperem aí. A ideologia está posta. A ideologia é: precariza educação, precariza saúde e vende isso para quem pagar bem baratinho e depois usar isso para as grandes corporações.

Só interessa a fragilidade da saúde pública no Estado a quem é dono da UNIMED.

(PALMAS)

Só interessa a precarização da educação no Estado para quem é dono de escolas particulares. (PALMAS)

(MANIFESTANTE DA PLATEIA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. JOÃO SANCHES – Exato!

Ao DETRAN... (TEMPO ESGOTADO) ...vai continuar sendo público se depender do fórum sindical, porque o projeto é esse: terceiriza o DETRAN.

Ao pessoal da Assembleia Legislativa, aos servidores da Assembleia Legislativa, quero agradecer porque vieram agora para a luta, porque são servidores como nós.

As pessoas acham que eles são carreiras diferentes... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Obrigado!

Com a palavra, o Sr. Domingos Sávio da Cunha Garcia.

O SR. DOMINGOS SÁVIO DA CUNHA GARCIA – Bom dia, companheirada!

Bom dia, membros da mesa.

Cumprimento a todos.

Claro que existe uma crise fiscal e essa crise é uma crise do capitalismo, é uma crise internacional.

O problema é quem paga a conta da crise. Essa é a questão. É isso que estamos discutindo aqui.

O Temer, está claro, o sentido do golpe é descarregar em cima do povo, dos trabalhadores, do serviço público, da população, a conta da crise, da crise do capital, da crise do capitalismo e beneficiar os bancos.

Os banqueiros vão muito bem, obrigado. O povo vai mal, 20 milhões de desempregados.

Os jornais destacaram, todo mundo viu, que 5% da população têm uma renda superior a 95% da população, 06 banqueiros, a maioria, têm mais renda do que 100 milhões de brasileiros. Esse é capitalismo, essa é a crise que querem fazer pagarmos na conta.

Mas, vejam bem, se essa crise existe, como você enfrenta? Você enfrenta pelo lado da receita, pelo lado da despesa.

E daí, companheiros, não tenham dúvida, é uma opção política.

Quando vêm com a PEC nº 55 em nível federal e com a PEC do Teto dos Gastos aqui já fazem uma opção política: são os trabalhadores e o povo vão pagar a conta dessa crise.

Essa PEC de Teto de Gastos não enfrenta a crise pelo lado da receita, isso já foi dito aqui amplamente.

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

O agronegócio não paga imposto neste Estado, os ricos não pagam impostos neste Estado, os latifundiários não pagam imposto neste Estado.

Eles que paguem a conta dessa crise, porque essa crise é deles! Eles que se lasquem e não lascar a população. (PALMAS)

O nosso trabalho enquanto sindicalista é defender a população, defender o povo trabalhador, defender o serviço público, porque é o serviço público que vai ser atacado.

Para terminar, companheiros, existe uma crise institucional neste Estado, é o Tribunal de Justiça brigando com o Executivo, é o Tribunal de Justiça brigando com o Ministério Público, é o Ministério Público brigando com o Executivo.

Essa crise institucional só tem uma razão. Sabem qual é? É empurrar para nós as contas dessa crise e livrar todos eles.

Essa conta nós não vamos pagar!

Os companheiros do DETRAN chamaram à greve geral. Essa tem que ser a resposta dos trabalhadores do serviço público: greve geral para barrar essa PEC.

(A PLATEIA GRITA: “GREVE GERAL! GREVE GERAL!”)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Convido o Sr. Orlando Francisco, que representa o Conselho Estadual de Saúde no segmento usuário.

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Quero cumprimentar a mesa em nome do companheiro Henrique Lopes, representando os servidores públicos. Senhoras e senhores, bom dia! Já quase boa tarde.

Quero reforçar algumas palavras de alguns companheiros, trabalhadores, nós temos que nos preparar para, nessa Casa, acampar e resistir até novembro, já que o Deputado Allan Kardec disse que até novembro essa PEC tem que ser votada. Se essa PEC só pode ser promulgada por essa Casa, não pode ser retirada, que seja rejeitada. (PALMAS)

E dizer o seguinte: o SINTEP tem um assento no Conselho Estadual de Saúde, na qual estou representando o SINTEP no segmento usuário, e lembrar que este Estado de Mato Grosso, que fala muito sobre transformação e inovação, já teve quatro Secretários. Os companheiros da Ouvidoria, o Sr. Oscarlino Alves, Presidente do SISMA, vão me ajudar a lembrar, o primeiro Secretário, Dr. Marcos; o segundo Secretário, Dr. Eduardo Bermudez; o terceiro Secretário, Dr. João Batista; e agora, o Sr. Luiz Soares, que nunca compareceu ao Conselho Estadual de Saúde para dizer das precarizações que está a Secretaria Estadual de Saúde.

E, companheiros e companheiras que estão presente nesta Audiência Pública, o Poder Judiciário bloqueou trezentos milhões de reais da saúde. Em 2016, prestou-se conta de 100 milhões de reais. Nesses três minutos aqui, não dá para detalhar, temos que ser objetivos.

(O CERIMONIAL SINALIZA O TEMPO AO ORADOR.)

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Bloqueou 13 milhões de reais e prestou-se conta de cem milhões de reais em 2016. Não sabemos dos demais duzentos milhões de reais, nem quando será prestada conta, aliás, em 2015, 2016, o relatório anual de gestão apresentou as contas e esse Conselho reprovou as contas do Estado, porque o Estado não tem política pública de saúde.

Estão aí os hospitais, estão aí as Organizações Sociais, que visam o lucro, e os Secretários aqui presentes precisam dar transparência a PEC, porque ela não combate a sonegação, como foi colocado aqui (PALMAS). Essa PEC defende as OSSs, não dá a compensação dos

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

incentivos fiscais, aliás, como é na educação, por meio da nossa Lei de Diretrizes e Bases; na saúde, por meio da Lei Complementar nº 141, que quantas vezes nós já denunciemos aqui...

Para concluir, dizer o seguinte: para piorar a situação, nem sequer o Imposto de Renda Retido na Fonte... (TEMPO ESGOTADO) ...do nosso suor e do nosso salário não está na base de cálculo do recurso da saúde e da educação. Isso é uma vergonha, temos que denunciar. Nem sequer o Imposto de Renda Retido na Fonte, que é o suor de todos os servidores do Estado, saiu da base de cálculo dos recursos da educação e da saúde.

Portanto, rejeitar a PEC e aqui acampar para que não deixemos que essa PEC seja promulgada da maneira como veio para esta Assembleia Legislativa.

Era isso. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Muito obrigado...

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Desculpe, Deputado Dilmar Dal Bosco, o Deputado Gilmar Fabris, por que ele não pode comparecer aqui para dizer o que disse para os servidores?

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “ESTÁ PRESO...”)

O SR. ORLANDO FRANCISCO – Todo mundo sabe por quê. Não é isso? Tomara que fique lá apodrecendo na cadeia. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Convido a servidora Tatiana Neves de Souza.

A SRª TATIANA NEVES DE SOUZA – Bom dia!

Eu quero cumprimentar a todos dizendo que nós temos que parar com a ideologia da monarquia, porque autoridade é o povo na Constituição. (PALMAS) As pessoas que estão na mesa, com todo respeito, porque temos as pessoas – somos profissionais da saúde – que são representantes da vontade do povo eleita, como disse o Deputado, daqui a pouco nós vamos votar de novo.

Nós temos que estar mobilizados, como disse os colegas, não vou repetir todas as questões técnicas, porque já foram muito bem ditas, nós temos que nos mobilizar para fazer um limpa, porque processo legislativo, Deputado Professor Allan Kardec, acho difícil não parar. Sabe por quê? Porque em 2014 movimentamos uma ação popular contra as OSSs, e esse processo foi parado, foi colocado em uma gaveta, em pese a tantos Municípios que assinaram esse processo legislativo...

Se um projeto de iniciativa popular foi parado, por que uma PEC não pode ser parada? As pessoas que votam essa PEC... Vemos uma crise moral, uma crise legal, porque a lei só é respeitada quando há conveniência de quem está no poder. Nós que temos realmente o poder, não o exercemos.

Vou conceder uma parte da minha fala ao colega Edmar dos Correios, porque eles também lutam por condições de trabalho. (PALMAS)

O Sr. Edmar Santos Leite – Muito bom dia, companheirada. Agradecer à companheira que cedeu uma parte da fala, chegamos da nossa mobilização, tentamos nos inscrever, mas já havia se encerrado.

Quero dizer o seguinte, companheirada, que esse Governo que está aqui pode pedir música no *Fantástico*, porque tem três Secretários presos: o de Saúde, o de Educação e o de Segurança, até passa se formos contar. (PALMAS)

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

Sáímos um pouco de nós, porque estávamos na greve. O Presidente Michel Temer já passou essa lei do teto no funcionalismo federal, não deu tempo para que os trabalhadores se organizassem como deveriam, mas o negócio não para só na esfera federal, ele descerá de cima para baixo.

Talvez perguntariam: “Por que os carteiros estão aqui? O que o pessoal dos Correios tem a ver com isso?” Temos tudo, somos a classe trabalhadora, companheirada, os companheiros da Assembleia Legislativa que brigam pelo PCCS há quinze anos têm que vir fazer manifestação, mas eles têm que fazer o que? Tem que se juntar aos companheiros do DETRAN, aos da saúde, aos da educação.

Estaremos entrincheirados, porque essa briga, como o companheiro falou, é contra o capital e seu estado, eles querem jogar para nós a conta da crise do sistema capitalista e a resposta tem que ser como classe.

No que depender de nós, companheirada, estaremos entrincheirados não só nos debates, mas nos piquetes, nas ocupações, porque só assim que vamos barrar isso aqui.

Firme! (PALMAS)

Meu bom dia a todos, tenham a nossa solidariedade, tenham o nosso apoio. Além de falar como representante do sindicato, falo como cidadão, porque se vou ao DETRAN e a fila já é grande, imaginem daqui a dez anos com o mesmo orçamento de hoje! Imaginem na educação! Imaginem na policlínica! Imaginem nós, nos Correios! Imaginem nas policlínicas, na saúde!

Então, companheirada, ombro a ombro, lado a lado, o SINETRAN deu a tônica, mais do que falar, vamos para cima...(TEMPO ESGOTADO - OVAÇÃO)

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “GREVE GERAL, GREVE GERAL, GREVE GERAL!”.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Convido o Sr. Edmundo César Leite para fazer o uso da palavra.

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - Eu sempre falei a verdade.

Quero cumprimentar o pessoal da mesa, em nome do Deputado Valdir Barranco; a plateia, em nome do meu filho Gabriel César, que está vindo pela primeira vez participar de uma Audiência Pública. Meu filho, para você ver como este Brasil é, tem que ser na garra mesmo, tem que ser no muque, porque o que este Governo de Mato Grosso está fazendo com o trabalhador mato-grossense, com o trabalhador público do Estado de Mato Grosso, não é coisa que se faça.

Eu tenho 39 anos que presto serviço para este Governo, 39 anos! Fui estabilizado pela Constituição de 88. Na semana passada, ou retrasada, recebemos uma mensagem da PGE, dizendo que não somos servidores públicos, nós somos... Temos funções públicas. Nós sabemos que colaboramos com esse Governo, lá em 1988, porque o Governo não recolhia fundo de garantia, não pagava os direitos dos nossos trabalhadores, não tinha condições de fazer a ruptura dos nossos contratos e pagar os nossos direitos. Simplesmente, fizeram um acordo e... E na Constituição diz: “estabilizado no serviço público”.

Esse é um segmento pelo qual estamos lutando. Nesta plateia, talvez não existam tantos estabilizados assim, porque o pessoal já está quase todo aposentado e agora querem quebrar a paridade desses servidores. A maior sacanagem que querem fazer com mais de 20 mil servidores que já foram penalizados lá na sua aposentadoria antes de 2001, que todo mundo trabalhava 40 horas neste Estado e está sendo aposentado com 30 horas, o maior roubo que está se fazendo com o

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

servidor público. Agora vem com essa PEC. Vem com essa PEC para tirar mais direitos, congelar salário!

Ora, meus amigos, nós também somos trabalhadores, a companheira Daiane disse, nós dependemos do Estado duas vezes. Primeiro, somos servidores e precisamos do nosso salário; segundo, precisamos, sim, do serviço público de qualidade, mas a qualidade não depende só do servidor público, depende dos governantes, aqueles que ganham a eleição para representar a sociedade. Só quero dar um exemplo, colaborando com a luta dos nossos servidores do DETRAN.

Eu fui sexta-feira fazer uma ocorrência de trânsito lá no DETRAN e eu fiquei pasmo de ver como é a estrutura daquele órgão, lá na Delegacia do Batalhão de Trânsito, umas cadeiras fedidas, não há condições de você ficar lá dentro. (PALMAS)

Então, pessoal, nós temos, sim, que nos rebelar contra essa PEC. Essa PEC não vem para salvar o Estado de Mato Grosso, vem para implodir, beneficiar somente os interessados. (TEMPO ESGOTADO)

O SR. EDMUNDO CÉSAR LEITE - O Governo tinha que fazer uma revisão. Na época da campanha de Pedro Taques, levamos para ele três pilares para ele conviver bem com o serviço público. Primeiro, valorizar o serviço público, qual é? Tirar essa discrepância do salário, quem é analista no Executivo, é analista no Tribunal de Justiça, é analista aqui na Assembleia Legislativa, é analista no Ministério Público, vamos fazer isonomia por cima e não tirar o nosso direito.

Então, pessoal, se preciso for, o SINPAIG, a área meio, vai entrar na fila com essa greve geral, nós somos contra essa PEC.

Muito obrigado, pessoal. (PALMAS)

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “GREVE GERAL, GREVE GERAL, GREVE GERAL!”.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Convido o senhor Pablo Muniz. Ele se encontra presente ainda? Saiu?

Bom, pessoal, nós respeitamos todo o mundo, todos os oradores tiveram seu espaço, as manifestações...

(UMA SRª DA PLATEIA DIZ AO PRESIDENTE QUE NÃO FOI CHAMADA PARA FALAR – PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - A assessoria disse que passou aí, falou com você e você não se inscreveu.

(A SRª FALA COM A PLATEIA E A PLATEIA FICA EXALTADA.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Já fez o seu show? Não vou lhe conceder a palavra, porque a senhora passou... (VAIAS)

Foi passado por ela. Quero aqui... Eu não quero pedir para a segurança tirar a senhora, por respeito. Eu respeitei todo mundo aqui. Vocês viram claramente. Passou por ela.

(A SRª SE MANIFESTA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Agradeço...

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “GREVE GERAL, GREVE GERAL, GREVE GERAL!”)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) -... Respeitando a todos...

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “GREVE GERAL, GREVE GERAL, GREVE GERAL!”)

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.

---

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - ...Quero agradecer a todos por participarem da Audiência Pública, todos os sindicatos, servidores, respeitar... Vamos passar a ata da Audiência Pública para a comissão, ouvindo a todos que se pronunciaram...

Qual o encaminhamento que você quer, Oscarlino?

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “ENCAMINHAMENTO, ENCAMINHAMENTO, ENCAMINHAMENTO!”)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Qual você quer, Oscarlino?

O encaminhamento é feito pela comissão, mediante uma ata, foi gravado e vai para a área técnica. Agora a comissão se reúne, vai receber as emendas...

(A PLATEIA SE MANIFESTA: “DEVOLVA A PEC, DEVOLVA A PEC, DEVOLVA A PEC!”.)

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) – Concordo com a opinião de vocês. Então, declaro encerrada esta Audiência Pública...

O Sr. Professor Allan Kardec - Sr. Presidente, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, pela Ordem, Deputado Professor Allan Kardec.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Sr. Presidente, deixe-me propor a Vossa Excelência o encaminhamento aqui vai virar logicamente a ata da Audiência Pública.

A Audiência Pública foi aberta e conduzida por Vossa Excelência. Parabéns, inclusive!

Eu tenho uma sugestão de encaminhamento: assim que passar para a Comissão Permanente de Avaliação da PEC, que a Comissão chame mais uma Audiência Pública.

Sr. Presidente, que a Comissão, depois que fizer essa avaliação, chame para mais uma Audiência Pública, a Comissão chamando para Audiência Pública, voltaremos a fazer essa discussão.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Será acatado o Requerimento feito pelo Deputado Professor Alan Kardec e a Comissão definirá nos próximos...

Deveremos ter reunião amanhã sobre isso, mas, com certeza, não se oporá sobre isso.

Antes de declarar encerrada a presente Audiência Pública, agradeço os sindicatos, servidores, entidades, Deputados, imprensa e assistência.

Deus nos abençoe!

Declaro encerrada esta Audiência Pública.

### **Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OBJETIVO DE ANALISAR O PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 10/17, MENSAGEM Nº 67/17, QUE ALTERA O ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, PARA INSTITUIR O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL-RRF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 09H.**

---

- Luciane Carvalho Borges;
  - Nerissa Noujain Salomão Santos;
  - Rosilene Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Sheila Cristiane de Carvalho;
  - Solange Aparecida Barros Pereira.